RELATÓRIO FINAL

Brasília - Junho 2018

RELATÓRIO FINAL

Curta a página do Consea no Facebook
www.facebook.com/conseanacional
www4.planalto.gov.br/consea

Crédito das fotos: Victor Moura

SUMÁRIO

Apresentação 7

Introdução 11

Carta final do encontro 15

1. Desafios e prioridades para a revisão do 2º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 29

2. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: até onde chegamos e para onde queremos ir 57

3. Estratégias para avançar na agenda de Segurança Alimentar e Nutricional e na mobilização da sociedade 65

Agenda de Futuro 73

Anexos 93

Anexo 1: Carta das Mulheres Indígenas, Carta de Povos e Comunidades Tradicionais e População Negra 94

Anexo 2: Programação do encontro 99

Anexo 3: Metodologia do encontro 101

Anexo 4: Atividades integradoras 108

Lista de siglas 115

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Nós, defensoras e defensores do Direito Humano à Alimentação Adequada, estamos firmes, fortes e resilientes e não vamos nos render. Estamos presentes nas cidades, nos campos, nas florestas e nas águas, ocupando espaços institucionais e não institucionais e mobilizando a sociedade em prol da agenda da Segurança Alimentar e Nutricional e pela realização de direitos.

Foi assim que concluímos a Carta Final do Encontro Nacional 5ª Conferência Naconal de Segurança Alimentar e Nutricional (5ª CNSAN+2). Estas palavras sintetizam o que nos conduziu durante nossas reflexões e diálogos. Neste momento em que publicamos o relatório final, constatamos que os cortes nos programas estratégicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que já eram dramáticos, somados à desestruturação institucional, de equipes e processos, estão ainda mais graves. No entanto, se as condições objetivas poderiam nos levar ao desalento, o resultado foi justamente o oposto. Os desafios que se erguem para mantermos e avançarmos nas conquistas em relação à SAN, equidade e justiça incentivam cada pessoa, organização e movimento a fortalecer sua capacidade de análise, proposição e articulação. Sabemos da força que temos aos reunirmos nossos saberes, demandas, lutas, desafios, mas, principalmente, todas as nossas conquistas. Atendemos ao chamado da realidade de sermos mais e melhores.

Não temos ilusões sobre a captura e banalização do lema de nossa 5ª Conferência, pois, para nós, Comida de Verdade, como já anunciado no Manifesto à Sociedade Brasileira, não é refém dos interesses de mercado, não mata nem por veneno nem por conflito, erradica a fome, conserva a natureza, promove a paz entre os povos, garante a vida e a saúde. Comida de Verdade é expressão de saberes, sabores, fazeres e falares pois tira da invisibilidade

aqueles que lá estiveram.

Os objetivos do encontro foram plenamente alcançados. Analisamos a conjuntura e refletimos sobre os caminhos e desafios na implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Avaliamos cada um dos desafios do 2º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN 2016-2019) e elaboramos propostas que foram encaminhadas à Caisan para a revisão do Plano. Projetamos o futuro e definimos estratégias. Elaboramos uma Carta que será nosso instrumento de diálogo com candidatas/os ao Executivo e Legislativo Federal e às eleições estaduais e distrital. Na Carta, avaliamos a conjuntura, apresentamos nossas demandas e anunciamos como nos organizaremos para monitorar esta agenda. Fomos explícitos na nossa indignação frente aos cortes profundos no investimento social e demonstramos que estamos ao lado de todas/os aquelas/es que lutam e lutarão para reverter todos os retrocessos. Não será pelas nossas mãos que o Brasil voltará para o Mapa da Fome. Serão as nossas mãos que resistirão, junto com todas as outras que lutam pela democracia e justiça.

O Relatório Final do Encontro Nacional 5ª CNSAN + 2 é um documento de trabalho. Esperamos que seu uso se multiplique. Que as discussões e propostas aqui registradas promovam reflexões e definição de estratégias. Que contribuam para que os parceiros atuais se sintam fortalecidos e que novos se unam no caminho pela soberania e segurança alimentar e nutricional.

Elisabetta Recine

Presidenta do Consea

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Este é o relatório final do Encontro Nacional 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional +2 (5ª CNSAN+2), realizado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em parceria com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), entre os dias 6 a 8 de março de 2018, em Brasília. O encontro contou com a participação de 368 pessoas, entre conselheiras e conselheiros nacionais, representantes da sociedade civil e governo escolhidas(os) nos encontros preparatórios estaduais e do Distrito Federal (DF), convidadas e convidados. O encontro nacional foi precedido por um processo preparatório, que consistiu na realização de encontros estaduais e do DF, na forma de seminários, oficinas ou reuniões ampliadas, conforme possibilidade dos Conseas estaduais e do DF. Nestes encontros participaram aproximadamente 2 mil pessoas, das quais 138 eram representantes de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais.

A 5ª CNSAN+2 teve como objetivo a realização de um balanço das proposições da 5ª Conferência Nacional, dois anos após a sua realização, bem como do que foi alcançado na implementação do 2º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan 2016-2019) e no processo de adesão e implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Foi uma oportunidade para a participação ativa, informada e crítica sobre as experiências do passado, análise do presente e a projeção de cenários e proposições para agendas futuras, em um momento estratégico para o aprofundamento do debate sobre a conjuntura e seus reflexos na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

A metodologia do encontro foi pensada com o intuito de gerar ampla participação de todas e todos, ampliar o diálogo, aprofundar os vínculos e

fortalecer a rede que se organiza em torno da agenda pública de segurança alimentar e nutricional. Em função das várias manifestações de interesse, segue, como anexo deste relatório, um documento descritivo do conjunto de metodologias adotadas nos grupos de trabalho, que pode servir como referência para futuros encontros.

O presente relatório final sistematiza as principais proposições feitas durante o encontro nacional. Resgata também elementos dos dois principais documentos que subsidiaram os debates, durante os três dias de encontro: i) Balanço de Execução 2016/2017 do 2º Plansan[1], elaborado pela Caisan; ii) Documento Síntese[2], elaborado pelo Consea.

1 - Acesso em http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/BalancoPLANSAN2016_2019.pdf
2 - Acesso em http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/conferencias-2/encontro-5a-2/documento-sintese-consea-versao-web.pdf

A expressão "Povos e Comunidades Tradicionais" utilizada neste documento, com base no Decreto 6.040/2001 e Decreto nº 8.750/2016, faz referência a:

"Grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, por meio de conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" (Inciso I, Art. 3º, Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007).

De acordo com o Decreto nº 8.750/2016, que trata da composição do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), são povos e comunidades tradicionais: **comunidades quilombolas, povos e comunidades de matriz africana e de terreiro, povos ciganos, pescadoras e pescadores artesanais, extrativistas, extrativistas costeiros e marinhos, caiçaras, faxinalenses, benzedeiras e benzedeiros, ilhéus, raizeiras e raizeiros, geraizeiras e geraizeiros, caatingueiras e catingueiros, vazanteiras e vazanteiros, veredeiras e veredeiros, apanhadoras e apanhadores de flores sempre-vivas, pantaneiras e pantaneiros, morroquianas e morroquianos, povo pomerano, catadoras e catadores de mangaba, quebradeiras de coco babaçu, retireiras e retireiros do Araguaia, comunidades de fundo e fechos de pasto, ribeirinhas e ribeirinhos, cipozeiras e cipozeiros, andirobeiras e andirobeiros, caboclas e caboclos.**

CARTA

CARTA FINAL DO ENCONTRO[3]

5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional + 2

Temos uma Constituição Cidadã, fundamento da nossa democracia, que em 2018 completa 30 anos. Nossa Carta Magna estabeleceu um sistema de seguridade social, que inclui o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e a Previdência Social. Esses sistemas foram concebidos garantindo a participação e o controle social. A Constituição reconhece a diversidade e a pluralidade da sociedade brasileira, os direitos territoriais dos povos indígenas e dos quilombolas, bem como a função social da terra.

Ao longo dos anos, a sociedade brasileira participou das conquistas e avanços para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Vínhamos construindo um novo país com maior equidade e resgate de nossa autoestima e identidade. A valorização da agricultura familiar e camponesa, o enfrentamento da extrema pobreza, a erradicação da fome e da miséria e a democratização da educação — que permitiu o acesso a povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais — orientaram as políticas públicas. Houve alianças de movimentos sociais, indígenas e forças populares da cidade, campo, florestas e águas, com protagonismo de mulheres e jovens, e integração com países da América Latina e da África.

Leis importantes foram promulgadas para assegurar o direito humano à alimentação como um dos direitos fundamentais de nossa nação, além do desenho e implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) promove a intersetorialidade e contempla políticas de transferência de renda, fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, inclusão produtiva, enfrentamento da extrema pobreza e promoção da alimentação adequada

3 - Acesso à carta política, nas versões em português, espanhol e inglês. Acesso em: http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/conferencias-2/5mais2/carta-politica-1

e saudável, entre outras. Destacamos também a aprovação da Política e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e o acesso dos agricultores familiares e camponeses às compras públicas. Todos esses avanços levaram ao reconhecimento internacional do Brasil na área de SAN e nos tiraram do Mapa da Fome[4].

Contudo, a atual conjuntura de retrocessos na democracia impôs um cenário de desconstrução de direitos, precarização das relações de trabalho, aumento do desemprego, esvaziamento de políticas públicas e iminente volta do Brasil ao Mapa da Fome. A agenda de reformas representa uma grave violação aos direitos de cidadania. Setores da sociedade brasileira, sobretudo aqueles em situação de maior vulnerabilidade social, já sofrem as consequências do desmonte do sistema de proteção social devido, principalmente, a limitação dos gastos imposta pela Emenda Constitucional nº 95/2016[5]. Essas medidas compõem um modelo de Estado que atende a interesses privados e é pautado no racismo institucional, mercantilização e privatização de serviços e dos recursos naturais (pré-sal, água, energia, terras e sementes). Identifica-se uma profunda incoerência entre a imposição de medidas de austeridade para a maioria da população e, por exemplo, o perdão de dívidas, subsídios e isenção fiscal para uma minoria privilegiada.

Além dos cortes orçamentários, os retrocessos são acompanhados de desestruturação institucional, criminalização dos movimentos sociais e aumento de intolerância em razão de gênero, orientação sexual, raça e situação socioeconômica. São alarmantes os casos de crimes de ódio contra mulheres, crianças e populações em situação de rua, assassinatos e episódios de violência contra lideranças motivadas por conflitos relativos a terra e

4 - O Mapa da Fome (Situação Mundial de Segurança Alimentar e Nutrição) é uma publicação anual da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em parceria com outras organizações do sistema das Nações Unidas, como a Organização Mundial da Saúde, Programa Mundial de Alimentos, entre outras, que analisa os progressos e desafios relacionados ao fim da fome nos países e outros aspectos de alimentação e nutrição. O relatório de 2014 anunciou que o Brasil havia saído do Mapa da Fome. Acesso em: http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/es/

5 - Emenda Constitucional n 95, de 15 de dezembro de 2016, que limita por 20 anos os gastos públicos. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

território. Lamentamos que esses fatos sejam oriundos, muitas vezes, da ação ou omissão dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Esse contexto vem comprometendo seriamente a trajetória virtuosa de construção participativa do Sisan. Os mesmos cortes orçamentários e a desestruturação institucional identificados em diferentes setores se reproduziram no Sisan, como a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a fragilização institucional da agenda relacionada a pesca, mulheres, juventude, direitos humanos e igualdade racial. Ocorreram cortes orçamentários brutais nos programas de apoio e fomento à agricultura familiar e camponesa (Assistência Técnica e Extensão Rural/Ater, modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos/PAA, crédito e financiamento), agroecologia, pesca artesanal, reforma agrária e acesso à água.

Essa desestruturação reforça um sistema alimentar baseado na monocultura, agricultura intensiva, uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, concentração dos processos produtivos e de comercialização e oferta massiva de produtos ultraprocessados. O sistema hegemônico gera concentração de renda e terra, contaminação e devastação ambiental e injustiças socioambientais, promove o aumento das desigualdades e conflitos no campo e de doenças e agravos. Alerta-se para o aumento das doenças ligadas à má alimentação, os números crescentes de casos de obesidade em todas as faixas etárias — inclusive crianças pequenas — e das doenças a ela associadas como diabetes, hipertensão arterial, vários tipos de câncer, doenças do coração, entre outras.

Neste momento de perdas e dificuldades, reforçamos nossa resistência e luta pela Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania[6] e reivindicamos:

6 - Este foi o lema da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em novembro de 2015 em Brasília. Conheça o Manifesto à Sociedade Brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar. Acesso em: http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2015/novembro/manifesto-a-sociedade-mostra-o-que-e-comida-de-verdade/copy2_of_manifesto.pdf

- Respeitar o Estado democrático de direito e o exercício da democracia pelo povo;
- Revogar a Emenda Constitucional 95/2016, retomando o investimento público crescente nas políticas sociais;
- Incluir e priorizar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) na agenda política dos três poderes;
- Fortalecer o Sisan e suas instâncias (Câmara Interministerial/secretarial de SAN e Conselhos de SAN), com a garantia da intersetorialidade e integração com outros sistemas de políticas públicas e sociais, tais como SUS e o Suas;
- Garantir o financiamento e cofinanciamento público para implementação do Sisan (conferências, funcionamento dos Conseas e das Caisans) e, consequentemente, a elaboração e implementação dos Plansan nacional, estadual e municipal;
- Criar condições para o exercício pleno da participação e controle social dos diferentes segmentos, em especial aqueles em situação de maior vulnerabilidade, assegurando recursos, visibilidade e voz nos espaços democráticos;
- Avançar na implementação de mecanismos de exigibilidade para o DHAA, como ouvidorias e promotorias voltadas para a SAN, inclusive para a população em situação de rua e pessoas em privação de liberdade;
- Ampliar a política e os programas de SAN, como Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), em observância à Lei 11947/2009, PAA, Programa Bolsa Família, inclusão produtiva rural, acesso à água, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, economia solidária, entre outros;
- Fortalecer a produção agroecológica e orgânica, por meio de incentivos fiscais, assistência técnica e compras institucionais;

- Fortalecer os campos e bancos de sementes crioulas;
- Garantir a soberania nacional, combatendo iniciativas de privatização de instituições públicas estratégicas que impactam negativamente na soberania alimentar do povo brasileiro;
- Reconhecer a água como direito humano fundamental, por ser um bem comum inapropriável e não mercadoria;
- Combater a privatização dos aquíferos;
- Fortalecer uma política pública de recursos hídricos, que garanta esse recurso para a produção e consumo humano, com destaque para os programas de acesso à água;
- Proteger, manter e recuperar nascentes e mananciais, por meio de políticas ambientais para preservação dos recursos naturais e controle do desmatamento causado pelo agronegócio, de modo a conter/mitigar os efeitos sobre as mudanças climáticas;
- Aumentar o controle dos projetos de mineração para prevenir desastres ambientais;
- Apurar, punir os responsáveis e garantir reparação de crimes ambientais, ao contrário do que aconteceu com as empresas responsáveis pelo "desastre de Mariana";
- Estruturar sistemas de produção sustentáveis, que garantam a Comida de Verdade, priorizando e valorizando a agricultura familiar e camponesa e a agricultura urbana em base agroecológica, como proposta de desenvolvimento para o país, em contraponto ao sistema alimentar hegemônico;
- Exigir a erradicação em território nacional do uso de sementes transgênicas e agrotóxicos. Nesse sentido, é necessário: revisar as leis existentes e aprovar a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos

(PNaRA); tributar agrotóxicos e desonerar a Comida de Verdade; construir uma política de abastecimento de forma participativa, fortalecendo os circuitos curtos de produção e consumo e inclusão produtiva;

- Fortalecer a agricultura familiar e camponesa em suas diferentes etapas produtivas: fomento à produção (Pronaf), Ater, pré-beneficiamento, beneficiamento (com especial atenção à adequação da legislação sanitária), escoamento, comercialização e consumo, como também criar mecanismos de fortalecimento das formas de organização social, como cooperativismo e associativismo;
- Fortalecer e ampliar mercados de produtores, feiras agroecológicas e demais estratégias que estabeleçam circuitos curtos de produção e consumo;
- Retomar e atualizar o processo de elaboração participativa de uma proposta de Política Nacional de Abastecimento Alimentar;
- Fortalecer e ampliar, assim como desenvolver novas políticas de SAN para os povos indígenas, populações negras e povos e comunidades tradicionais, que reconheçam seus sistemas de produção tradicionais, modos de vida e culturas alimentares, promovendo sustentabilidade e geração de renda, com a garantia da SAN;
- Fortalecer as políticas de combate ao racismo institucional e de ações afirmativas;
- Reestruturar o Cadastro Único para garantia do acesso às políticas públicas para os povos indígenas, populações negras e povos e comunidades tradicionais e demais segmentos;
- Dar urgência à regularização fundiária, por meio da política de Reforma Agrária, reconhecer e demarcar as terras indígenas e quilombolas e criar unidades de conservação de uso sustentável;

- Avançar na agenda regulatória dos produtos ultraprocessados, com destaque para: corte de subsídios para as empresas e aumento dos tributos para os ultraprocessados; rotulagem que informe adequadamente a composição dos produtos, mantendo a informação sobre a presença de transgênicos e incluindo a rotulagem frontal de advertência; regulação da publicidade de ultraprocessados, sobretudo aquela dirigida às crianças;
- Reinstituir o MDA e o Ministério da Pesca; fortalecer a Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Palmares, Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e Secretaria Especial de Política de Promoção de Igualdade Racial (Seppir) para garantir as políticas de SAN;
- Garantir e ampliar a participação da sociedade civil brasileira nos espaços de debate e governança global em SAN;
- Prever, respeitar e promover os princípios estabelecidos na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) e PNSAN nos acordos de cooperação internacional em SAN e de ajuda humanitária;
- Ampliar o ensino, pesquisa participativa e extensão popular em soberania, segurança alimentar e nutricional nas instituições públicas de ensino e pesquisa;
- Ampliar o ensino, pesquisa participativa e extensão popular em sistemas produtivos agroecológicos nas instituições públicas de ensino e pesquisa;
- Democratizar os meios de comunicação com fortalecimento, financiamento e ampliação de redes de comunicação populares com informações críticas e confiáveis;

- Reconstituir e ampliar o orçamento compatível com a abrangência das políticas públicas que garantam os direitos fundamentais, com destaque para a Ater, programas de acesso à água, compras públicas de alimentos, em especial, o PAA;
- Ampliar e fortalecer o compromisso e medidas efetivas de implantação do Sisan e implementação do Plansan.

São necessários, portanto, o fortalecimento da implementação intersetorial das políticas de SAN e seu monitoramento e avaliação, respeitando acordos internacionais. Esperamos que os gestores públicos assumam o compromisso efetivo com essa agenda e que a política de SAN continue a ser respeitada como resultado de uma construção social já consolidada e reconhecida dentro e fora do país.

Considerando essas propostas, acompanharemos e mobilizaremos a sociedade civil, cientes de que a participação e o controle social são elementos fundamentais para uma sociedade democrática e equânime. Para isso, atuaremos na implementação de estratégias em diversas frentes:

Mecanismos de monitoramento/transparência

- Criar mecanismos de monitoramento como fóruns e redes de comunicação entre Conseas e observatórios da democracia nas três esferas administrativas;
- Fortalecer observatórios populares para política de SAN, violação de direitos e demarcação de terras;
- Promover a integração e sinergia entre Conselhos na mobilização social e na cobrança das ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas e planos de SAN nas três esferas administrativas;
- Monitorar a implementação das políticas de SAN e sua execução orçamentária, por meio do Portal da Transparência, Lei de Acesso à

Informação, garantindo a prestação de contas públicas e transparência para a população;

- Propor o aprimoramento dos canais diretos entre o cidadão e a cidadã e o governo para acompanhamento da implementação das políticas, com prazos para atendimento e respostas.

Gestão

- Defender a integração das políticas de SAN por intermédio do Sisan e a articulação entre os três poderes para o monitoramento de ações;
- Impulsionar o estabelecimento e funcionamento dos fóruns tri/bipartite de SAN para promover a implementação dos planos nacional, estaduais e municipais de SAN;
- Empoderar os Conseas para garantir o monitoramento do Plansan e, dessa forma, assegurar que os setores do governo cumpram o seu papel;
- Exigir que os planos nacional e estaduais sejam efetivamente executados, atendendo a especificidades locais;
- Defender o fortalecimento institucional de órgãos governamentais como a Funai e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Orçamento

- Incidir no processo de elaboração e monitoramento do Plano Plurianual (PPA) para garantir recursos financeiros adequados ao Sisan e à política de SAN;
- Acompanhar os indicadores de atingimento de metas das políticas de SAN e de execução orçamentária de forma participativa, relatórios e aplicativos disponíveis para toda a população.

Controle e participação social

- Fortalecer a ação permanente de controle social sobre as políticas e planos, por meio dos diferentes espaços de participação (conselhos, fóruns, redes, movimentos sociais e consultas públicas);
- Ampliar a participação popular nos espaços de controle social, aumentando a visibilidade e participação dos povos indígenas, população negra e povos e comunidades tradicionais e da juventude, especialmente nos Conseas nacional, estaduais e municipais;
- Defender e proteger o funcionamento, estruturação e ampliação dos diferentes conselhos de controle social nacionais, estaduais e municipais, assim como de mecanismos de participação direta, incluindo ferramentas digitais, audiências e consultas públicas;
- Fortalecer os fóruns de soberania e segurança alimentar e nutricional nos estados e apoiar as redes de articulação dos movimentos sociais;
- Reivindicar a realização de plebiscitos revogatórios sobre as emendas constitucionais que coloquem em risco a realização de direitos.

Legislativo

- Promover a criação de frentes parlamentares em defesa da soberania e segurança alimentar e nutricional;
- Fortalecer a articulação dos Conseas estaduais e nacional para nos fazermos presentes nas casas legislativas, cobrando, propondo e acompanhando projetos de lei afetos à agenda de SAN e vigiando aqueles que representam ameaças à garantia do DHAA.

Mecanismos de exigibilidade

- Envolver o Ministério Público no monitoramento dos marcos legais e das

políticas públicas de SAN, de forma a assegurar que as deliberações das conferências e planos de SAN sejam concretizadas;

- Incluir o Ministério Público na criação de uma frente de fiscalização e monitoramento do Sisan;
- Encaminhar denúncias de violações do DHAA a organismos internacionais, visando ao comprometimento desses organismos no monitoramento dos pactos e acordos assumidos pelo governo brasileiro.

Não criminalização

- Exigir que não haja qualquer forma de censura ou impedimento para mobilização dos movimentos sociais organizados, garantindo a liberdade de expressão e defesa de direitos;
- Combater a criminalização de todos os movimentos sociais.

Denúncia

- Dar ampla visibilidade aos retrocessos nas políticas públicas e às violações dos direitos sociais, de forma permanente, em todos os canais de comunicação disponíveis.

Capacitação/educação/informação

- Fomentar e apoiar iniciativas de educação sobre SAN em escolas e para toda a população, de maneira a ampliar a cultura de direitos;
- Capacitar os membros dos Conseas para seu empoderamento e monitoramento das políticas de SAN;
- Defender e propor um plano de educação permanente para gestores, profissionais e controle social, nas três esferas de governo, para

fortalecer os componentes do Sisan (Caisan e Consea) e aprimorar a implementação de programas e ações.

Comunicação

- Utilizar mídias alternativas e independentes, ferramentas tecnológicas e redes de organizações populares relacionadas à SAN para contribuir no controle e na participação social efetiva e compartilhar boas práticas, socializando massivamente a política de SAN;
- Estimular a sociedade a desenvolver leitura crítica em relação à informação da grande mídia;
- Exigir a regulamentação da mídia conforme o capítulo 5 da Constituição e garantir que as concessões públicas de rádio e TV destinem tempo para programas com informação qualificada sobre Comida de Verdade;
- Difundir para a sociedade civil informação sobre DHAA, a existência dos espaços de controle social e os mecanismos de exigibilidade;
- Formar redes de diálogos sobre SAN (fóruns, mídias sociais), instrumentalizadas para difundir o DHAA e a SAN para a sociedade em geral, enfatizando os povos indígenas, populações negras, povos e comunidades tradicionais, mulheres, população em situação de rua e pessoas em privação de liberdade.

Mobilização

- Utilizar estratégias de mobilização que unifiquem as lutas e resistência em defesa dos direitos humanos, buscando maior convergência na salvaguarda da Constituição Federal e contra os retrocessos;
- Promover a mobilização das instâncias do Sisan e a articulação com outros setores atingidos pela Emenda Constitucional 95/2016, regionalizando a luta em prol de sua revogação;

- Contribuir para a conscientização da população sobre o direito ao acesso às políticas e programas de SAN.

Firmamos o compromisso de apresentar esta carta às candidatas e aos candidatos nas próximas eleições e pleitear a priorização da agenda de SAN. Cobraremos das eleitas e dos eleitos respostas às demandas apresentadas neste documento, bem como ao elenco de ações estratégicas dos Planos de SAN.

Nós, defensoras e defensores do DHAA, estamos firmes, fortes e resilientes e não vamos nos render. Estamos presentes nas cidades, nos campos, nas florestas e nas águas, ocupando espaços institucionais e não institucionais e mobilizando a sociedade em prol da agenda de SAN e pela realização de direitos.

Ubuntu: só estaremos bem se todas e todos estivermos bem!

Brasília-DF, 8 de março de 2018, Dia Internacional da Mulher.

DESAFIOS

1 - DESAFIOS E PRIORIDADES PARA A REVISÃO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – 2016-2019

Esta parte do relatório está organizada a partir dos desafios que estruturam o 2° Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan[7]). Para cada um dos desafios[8], apresenta-se um conjunto de propostas, elaboradas pelas(os) participantes do encontro nacional, a partir da seguinte pergunta: "Quais sugestões devemos encaminhar ao governo para a revisão do desafio?". Na introdução de cada um dos desafios há um resgate de alguns dos elementos de conjuntura apresentados no Documento Síntese, elaborado pelo Consea, e no Balanço da Execução do Plansan (2016-2019), apresentado pela Caisan, bem como aqueles que ocorreram durante os debates ao longo do encontro nacional.

Desafio 1 – Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar

Entre 2003 e 2014, o Brasil viveu um ciclo marcado pela inclusão social e a redução da pobreza, desencadeado por políticas de transferência de renda, pelo aumento real do salário mínimo e do emprego formal, entre outras políticas públicas inclusivas. A partir de 2015, deflagra-se um novo ciclo marcado por uma grave crise econômica e política, aumento das taxas de desemprego e do número de brasileiros em situação de extrema pobreza. Entre 2014 e 2016, o aumento de pessoas em extrema pobreza foi de 93%, passando de 5,1 milhões para 10 milhões de pessoas. Já o número de pessoas em situação de pobreza aumentou de 14 milhões para 21 milhões, neste mesmo período (segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/Instituto Brasileiro de

7 - Acesso em http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/plansan_2016_19.pdf
8 - O PlanSAN está estruturado em nove desafios. Os desafios 5 e 6 foram debatidos de forma unificada durante o encontro nacional. O desafio 8, referente ao SISAN, foi abordado no Eixo 2 do Encontro.

Geografia e Estatística 2016). Entre tantas consequências, evidencia-se o risco de um possível retorno do país ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Relatos dos encontros estaduais apontam para o aumento da população em insegurança alimentar e nutricional, com uma acelerada elevação da população em situação de rua, sem que estejam sendo apresentadas iniciativas públicas de mapeamento, acolhimento e assistência alimentar que acompanhem esta alta. Programas de distribuição de alimentos destinados aos grupos mais vulneráveis à fome — que já eram escassos — estão se extinguindo, assim como estão sendo fechados vários Restaurantes Populares.

Durante o encontro nacional, a revogação da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), que congela os gastos com as políticas sociais por 20 anos, foi uma das principais reinvindicações. Há também uma grande preocupação com a fragilização da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos, também conhecida como "Programa de Cesta de Alimentos", que vem sofrendo drásticos cortes orçamentários. Em 2014, o orçamento destinado na Lei Orçamentária Anual (LOA) ao programa era de R$ 82 milhões. Em 2018, foi reduzido para R$ R$ 24,3 milhões. O programa enfrenta também sérios problemas operacionais, judicializações e restrição dos grupos atendidos. Atualmente apenas indígenas e quilombolas estão recebendo as cestas e, ainda assim, com periodicidade extremamente irregular.

Apesar dos retrocessos, de 2016 para cá houve reajustes no valor ***per capita*** repassados pelo governo federal no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e nos valores do Programa Bolsa Família (PBF). De acordo com informações do balanço de execução do 2º Plansan, feito pela Caisan, em 2017 todas as famílias habilitadas no Cadastro Único das Políticas Sociais (CadÚnico) foram atendidas. Porém, durante o encontro nacional, representantes de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e população negra se

manifestaram (carta em anexo) sobre dificuldades enfrentadas na inclusão dos grupos populacionais tradicionais e específicos no CadÚnico, reivindicando a capacitação das(os) profissionais e gestoras(es) de forma a superar o racismo institucional que mantém na invisibilidade pessoas historicamente oprimidas. Cabe observar também em que medida e a partir de que estratégias o grande contingente de famílias que adentram a situação de pobreza e extrema pobreza com a atual crise será incorporado ao CadÚnico.

Do ponto de vista da exigibilidade de direitos, cabe lembrar que a Comissão Permanente do Direito Humano à Alimentação Adequada do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) aprovou no final de 2017 a resolução nº 9, que dispõe sobre o DHAA de mulheres e adolescentes em privação de liberdade, em especial gestantes, lactantes e com filhas e filhos. O documento recomenda que o Estado, entre outros itens, assegure o direito à amamentação de livre demanda, sem restrição de tempo e em local apropriado.

PRIORIDADES PARA A REVISÃO DO PLANSAN:

Transferência de renda

- Melhorar o acesso ao CadÚnico, garantindo a identificação de famílias em extrema pobreza e de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais;
- Reduzir a idade mínima de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Corrigir o valor do PBF e BPC de acordo com a inflação;
- Criar mecanismos legais que impeçam a redução de orçamento dos programas de transferência de renda;

- Assegurar cobertura universal dos programas à população vulnerável;
- Fortalecer a rede de proteção social, otimizando o uso dos recursos transferidos;
- Garantir concurso público e qualificação para a equipe de gestoras(es) do PBF.

Alimentação escolar

- Aumentar o valor *per capita* do Pnae;
- Fortalecer os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs);
- Garantir o cumprimento da legislação do Pnae e criar mecanismos de punição à(ao) gestora(or) pública(o) que a descumpra, especialmente no que diz respeito à aquisição mínima de 30% de produtos da agricultura familiar;
- Ampliar e garantir ações de educação alimentar e nutricional nas escolas.

Distribuição de alimentos

- Regulamentar a distribuição de alimentos pela rede socioassitencial, por meio de recursos dos Benefícios Eventuais do Sistema Único de Assistência Social (Suas);
- Garantir o respeito à cultura alimentar em todas as ações de distribuição de alimentos;
- Aumentar o orçamento e garantir a periodicidade da Ação de Distribuição de Alimentos (ADA);
- Aumentar, de fato, o atendimento a indígenas e quilombolas na ADA e ampliar o atendimento a outros grupos populacionais, contemplando

também famílias que tenham pessoas com necessidades alimentares especiais;

- Ampliar o apoio para a implantação de Banco de Alimentos que forneçam alimentos diretamente ao público usuário e não exclusivamente para as instituições;
- Garantir acesso a alimentação adequada e saudável para a população privada de liberdade.

Desafio 2 – Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase na População Negra, Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural

Nas últimas décadas o reconhecimento de sujeitos de direito anteriormente invisibilizados e suas respectivas categorias políticas avançou, como é o caso dos povos indígenas, população negra, quilombolas e povos e comunidades tradicionais (PCTs). Porém, na medida em que a conquista de direitos começa a ameaçar a apropriação privada dos bens comuns da natureza, em especial a terra, intensifica-se o movimento de alteração de marcos legais e das políticas que apenas começavam a reparar injustiças históricas e corrigir desigualdades no acesso a recursos públicos, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Bolsa Verde. Essa forma de racismo institucional tem se revelado na extinção e/ou significativa redução de programas e ações orçamentárias destinadas às populações negras e tradicionais, bem como das estruturas de governança e participação social e do quadro de recursos humanos que trabalham nos programas e ações dirigidos a esses segmentos.

São tempos de uma democracia blindada, com muitas decisões tomadas de forma arbitrária que incentivam o avanço privado sobre as terras,

aliada ao desmatamento e aumento da violência no campo, que tendem a levar a uma mudança radical da geografia agrária brasileira e a um ainda mais grave processo de despossessão e deslocamento dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais de suas terras originárias.

Algumas das preocupações que mais ganharam relevância durante o encontro nacional foram: i) o desmonte de instâncias fundamentais que sustentam esta agenda, como é o caso do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI); ii) a extinção do programa Bolsa Verde, que chegou a contar com um orçamento na Lei Orçamentária Anual (LOA) de R$ 106,2 milhões, em 2014, e a atender 50 mil famílias em 2016; iii) o racismo institucional do Poder Judiciário, nas três esferas, em sentenças que atendem aos pleitos de fazendeiros em detrimento dos direitos constitucionais de indígenas às suas terras, vi) o aumento do número de assassinatos de lideranças no campo e na cidade. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2017 ocorreram 70 assassinatos em conflitos no campo, um aumento de 15% em relação ao número de 2016.

Durante o encontro nacional foram levantados questionamentos quanto ao que, a princípio, aparecem como avanços. São eles: 1) Em 2016 foi regulamentada a Lei da Biodiversidade (Lei 13.123/2015), uma antiga demanda do Consea, porém a regulamentação não assegura os direitos das(os) detentoras(es) dos conhecimentos tradicionais, por não prever uma forma justa e equitativa de repartição de benefícios dos produtos tradicionais que chegam ao mercado; 2) Em resposta à denúncia de violação do DHAA dos povos Guarani e Kaiowá feita pelo Consea em 2016, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) está em processo de viabilizar a construção de 592 cisternas, além de 13 cisternas escolares para estes povos. As(os) participantes do encontro nacional valorizam

a iniciativa de condução deste processo pela Caisan, mas, numa perspectiva de denúncia e exigibilidade de direitos, se perguntam: “quantas comitivas como esta o Consea precisará fazer para assegurar respostas concretas a tantas situações de violação do DHAA em território nacional?”

PRIORIDADES PARA A REVISÃO DO PLANSAN

Insegurança alimentar e nutricional

- Assegurar a continuidade e ampliar as políticas afirmativas de reparação e erradicação do racismo institucional;
- Demandar o reconhecimento pleno, por parte do Estado brasileiro, dos povos indígenas, quilombolas e dos povos e comunidades tradicionais enquanto sujeitos de direitos, em suas diversas identidades;
- Mapear os povos indígenas, quilombolas e os povos e comunidades tradicionais e realizar diagnósticos sobre suas condições de segurança alimentar e nutricional;
- Responsabilizar os que estão à frente de grandes eventos e de megaprojetos por crimes ambientais e a expulsão de povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais de seus territórios.

Inclusão produtiva rural

- Garantir orçamento para a execução do programa Bolsa Verde;
- Garantir atendimento específico de assistência e extensão rural (Ater), como parte do Programa de Fomento, e capacitação das técnicas e dos técnicos quanto às especificidades das comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais;

- Ampliar linhas de créditos e de financiamento permanentes, assegurando a desburocratização das formas de atendimento e priorizando pequenas e pequenos produtores rurais, bem como pescadoras e pescadores;

- Criar mecanismos específicos de fomento para gestão territorial e ambiental das terras indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais, observando a proteção e a promoção de seus sistemas agrícolas tradicionais.

Acesso à terra e gestão territorial

- Incidir perante a Advocacia Geral da União (AGU) para a revogação do parecer nº 001/2017, que defende a aplicação da teoria do marco temporal[9], e também sobre o Judiciário, para que considere em suas decisões judiciais os direitos constitucionais indígenas, especialmente na primeira instância;

- Impedir a flexibilização legal (Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017) da regularização fundiária de terras da União ocupadas na Amazônia Legal e a aceleração de um falso processo de regularização que encobre o que tem sido denominado de "grilagem digital", que permite a transferência de terras dos assentamentos rurais para o mercado privado;

- Impedir a alteração das categorias de unidades de conservação já existentes, para formas que permitem maior exploração dos recursos naturais;

- Impedir mudanças propostas pelo atual governo ao Código de Mineração;

9 - A tese jurídica do "marco temporal" surgiu ao longo dos anos 2000, na disputa em torno da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Esta interpretação restringe o direito constitucional de demarcação de terras e territórios tradicionais de povos indígenas e comunidades quilombolas caso não comprovem a ocupação das áreas reivindicadas na data da promulgação da Constituição Federal de 1988, o que desconsidera o processo de expulsão sofrido por estes povos.

- Impedir a aprovação do PL do licenciamento ambiental (PL 3.729/04), que visa simplificar procedimentos para a concessão de licenças e reduzir prazo para que os órgãos ambientais decidam sobre megaprojetos agrícolas e de infraestrutura;
- Discutir marcos legais para as políticas públicas voltadas a pescadoras e pescadores artesanais;
- Garantir orçamento e estruturação dos órgãos responsáveis pela regulamentação do acesso à terra e aos territórios indígenas e quilombolas, da população negra, de povos de matriz africana, povos ciganos e demais povos e comunidades tradicionais;
- Garantir apoio técnico e financeiro para os planos de gestão territorial e ambiental.

Biodiversidade

- Resguardar os conhecimentos tradicionais de apropriações indevidas por parte do mercado, criando mecanismos efetivos de salvaguarda que respeitem as normas estabelecidas na Convenção da Biodiversidade, ratificada pelo Brasil.

Saúde

- Garantir a integração das diferentes políticas públicas para reduzir a insegurança alimentar e nutricional entre povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais;
- Garantir a continuidade do atendimento da atenção básica na saúde indígena, por meio de chamamento público específico, contemplando instituições com experiência em saúde indígena e não apenas saúde pública;

- Fazer cumprir a determinação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) sobre a alimentação escolar dos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais;

- Fortalecer os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) para fiscalizar e monitorar a alimentação escolar dos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais.

Acesso a politicas públicas

- Adequar as políticas públicas às especificidades dos povos indígenas, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais e às diversas realidades das populações;

- Garantir o acesso à informação sobre as políticas públicas existentes e oferecer capacitação e formação para o seu devido acesso;

- Aprimorar o sistema de marcação de identidades específicas e étnicas no CadÚnico, respeitando a autodeclaração;

- Regularizar o processo de emissão inicial e de manutenção anual do registro geral de pescadoras e pescadores artesanais;

- Fortalecer a capacidade operacional (infraestrutura, pessoal e orçamento) da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), da Fundação Palmares, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Secretária Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead), para a implementação das politicas públicas;

- Garantir o funcionamento dos conselhos de participação social como o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT);

- Garantir a posse imediata de conselheiras(os) do CNPCT eleitas(os) em 2017;
- Observar e não violar o princípio que veda retrocesso social no comprimento dos direitos humanos.

Desafio 3 – Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica

A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), somada ao desmonte de alguns de seus principais programas, representa uma ameaça ao que foi uma das mais importantes conquistas históricas dos movimentos sociais do campo, que adotaram a definição de agricultura familiar e camponesa como uma categoria agregadora de direitos e como identidade política de uma diversidade de unidades familiares no campo e de toda uma política e institucionalidade voltadas para o seu fortalecimento, bem como para formação de assentamentos rurais. Observa-se o desmantelamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), mediante a fragilidade de sua agência implementadora, e drásticos cortes orçamentários. Em 2014 eram destinados na Lei orçamentária Anual (LOA) R$ 630 milhões para a Ater; em 2018 o orçamento caiu para R$ 185,4 milhões. São ainda mais graves os cortes orçamentários da Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates). Em 2014 eram destinados na Lei orçamentária Anual R$ 357 milhões para a Ates; em 2018 o orçamento caiu para R$ 19,7 milhões. As(os) participantes do encontro nacional denunciaram atrasos e sérios problemas de pagamento de serviços já prestados e repasse de recursos às operadoras de Ater e Ates contratadas, o que tem levado à fragilização das organizações da sociedade civil que assistem agricultoras e agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Observa-se também um processo crescente de criminalização destas ONGs de assessoramento.

As(os) participantes do encontro nacional apontam entraves operacionais nas políticas voltadas para o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica, com destaque para o despreparo dos bancos (agentes financeiros) para operar a modalidade agroecológica de crédito do Pronaf, uma vez que a visão que predomina está orientada pela lógica das cadeias produtivas e não na diversidade da produção.

As (os) participantes dos encontros estaduais e nacionais denunciam o uso intensivo e crescente de agrotóxicos e demandam uma ação mais responsável por parte do Estado brasileiro, baseada no princípio da precaução e na fiscalização, em detrimento ao foco na aprovação de um conjunto de projetos de lei (mais de 50), sendo o mais significativo o PL 3.200/2015, também chamado de "pacote do veneno". Estes projetos buscam facilitar e acelerar o registro e a liberação de agrotóxicos no país, ao ritmo das necessidades do mercado, bem como permitir o uso de produtos ainda mais tóxicos. Em contraposição, o Consea defende a aprovação e implementação da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNaRA), que tramita no Congresso Nacional como PL 6.670/2016.

De acordo com informações do Balanço da Caisan, algumas das metas do II Plansan relacionadas ao Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) foram ampliadas. São elas: i) ampliação de 90 para 200 da quantidade de Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica em instituições de ensino de educação profissional e superior, ii) ampliação de 15.000 para 35.000 da quantidade de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial. Na prática, entretanto, o que se observa é que o orçamento necessário para a operacionalização do conjunto de metas do Planapo vem sendo reduzido a cada ano, sendo apenas parcialmente executado.

PRIORIDADES PARA A REVISÃO DO PLANSAN

Fortalecimento da Agricultura Familiar

- Recriar e assegurar a autonomia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- Ampliar as chamadas específicas de Ater (agroecologia, mulheres, juventude), quanto ao orçamento e ao público, bem como garantir a participação de organizações não governamentais (ONGs).

Mulheres e juventude

- Retomar imediatamente as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, especialmente direcionadas a mulheres e juventude, com a criação de uma coordenação especifica no âmbito da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead).

Transição agroecológica

- Executar e fortalecer o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo);
- Readequar as políticas de crédito, fomento e ater para uma perspectiva inclusiva de base agroecológica;
- Priorizar os recursos do Pronaf e da Ater para a produção de base agroecológica;
- Fomentar a formação de fóruns estaduais de combate ao uso de agrotóxicos, com maior participação das instâncias governamentais;
- Fomentar a criação de bancos e campos de sementes crioulas e orgânicas.

Desafio 4 – Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável

O encontro nacional reafirma a proposta do Consea e das conferências nacionais pela criação de uma Política Nacional de Abastecimento, como forma de reforçar o sentido público e propiciar uma coordenação estratégica para o abastecimento alimentar nacional. Reafirma também uma das principais preocupações dos encontros estaduais, o acelerado processo de fragilização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Nos últimos anos, o PAA passou por significativas mudanças em seu desenho, com uma tendência de ampliação das operações via estados e municípios, em detrimento a modalidades operadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e protagonizadas por cooperativas e associações, que, no desenho original do programa, exerciam papel fundamental na operação e sustentação social do programa. Na visão de participantes do encontro, a perspectiva de "prefeiturização" do PAA favorece o atendimento individual em detrimento às cooperativas e associações, ignorando a dimensão da organização comunitária, que fortalece a agricultura familiar. O orçamento do PAA previsto na LOA em 2014 era de R$ 1,3 bilhão; em 2018 caiu para R$ 219 milhões. O programa tem se fragilizado em decorrência de ações deflagradas por órgãos de controle em função do desconhecimento da realidade e das especificidades da agricultura familiar e camponesa e da inadequação da legislação sanitária para a produção, distribuição, beneficiamento e processamento de alimentos pela agricultura familiar e camponesa.

A Caisan aprovou, em 2017, a Estratégia Intersetorial de Prevenção e Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil e apresentou uma nova meta no âmbito deste Desafio do II Plansan: a realização de um mapeamento nacional de desertos alimentares, que buscará caracterizar as áreas em que a disponibilidade ou a oferta de alimentos saudáveis é reduzida e até mesmo inexiste, com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas de

promoção de ambientes alimentares saudáveis. Anuncia também a criação do Comitê Técnico nº 15, com a atribuição de construir soluções para a regularização sanitária da produção de alimentos provenientes da agricultura familiar e suas organizações econômicas. Em 2017, o MDS retomou a Ação Orçamentária nº 8458 de Apoio à Agricultura Urbana, que havia sido suspensa em 2014, e instituiu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, por meio da Portaria 467/2018, sem a realização de um processo participativo ou considerar as contribuições passadas do Consea em relação a esta agenda. Ainda não é possível uma avaliação consistente da sociedade civil sobre esta retomada para além da constatação de que é necessário aprofundar o debate sobre o abastecimento e o acesso à alimentação saudável nas grandes cidades, o que requer a ampliação e regularização da área de produção urbana e periurbana e o melhor aproveitamento e integração dos equipamentos de abastecimento e segurança alimentar e nutricional.

PRIORIDADES PARA A REVISÃO DO PLANSAN

Compras Públicas

- Fortalecer o PAA, recompondo o orçamento para as modalidades Compra com Doação Simultânea, Formação de Estoques e Compra Direta;
- Fortalecer os espaços de participação e controle social no monitoramento e gestão do PAA.

Abastecimento

- Retomar e atualizar a proposta do Projeto de Lei que cria a Política Nacional de Abastecimento Alimentar elaborada pela Caisan e pelo Consea;

- Rever a política de privatização das Centrais de Abastecimento (Ceasa), de forma a garantir nesses espaços o acesso da agricultura familiar para a comercialização de seus produtos;

- Assegurar a execução da Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), aumentando o acesso da agricultura familiar a esse instrumento de política agrícola, de forma a promover o abastecimento e o equilíbrio de preços.

Legislação sanitária

- Atualizar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), por meio da sua modernização, desburocratização, revisão do marco regulatório e do estabelecimento de instrumentos que garantam sua sustentabilidade.

Perdas e desperdícios de alimentos

- Fortalecer os bancos de alimentos públicos, como um equipamento estratégico para a redução de perdas e desperdícios alimentares no Brasil;

- Melhor as condições de infraestrutura e meio de transporte dos alimentos para evitar desperdício.

Equipamentos Públicos de SAN

- Retomar e ampliar as Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar, com o objetivo de fortalecer o acesso da agricultura familiar aos mercados institucionais;

- Revisar legislações e trâmites burocráticos existentes de forma a facilitar o recebimento e doação de alimentos;

- Incluir as cozinhas de escolas, presídios, unidades de saúde, entre outas, como parte da Rede de Equipamentos Públicos de SAN;
- Ampliar a multifuncionalidade dos equipamentos públicos de SAN, utilizando de seu espaço para a realização de outras ações voltadas para a garantia do DHAA, tais como capacitações para o reaproveitamento de alimentos e a educação alimentar e nutricional.

Desafio 5 e 6 – Promover e proteger a alimentação adequada e saudável da população brasileira, com estratégias de educação alimentar e medidas regulatórias

Durante o encontro nacional, prevaleceu a visão, coerente a um conjunto de evidências, tanto por parte das(os) representantes da sociedade civil quanto do governo, de que as medidas de maior efeito para o enfrentamento do sobrepeso e da obesidade são de natureza regulatória. As ações de educação alimentar e nutricional, por sua vez, podem contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem crítica e intersetorial da alimentação e seus determinantes. Para isso precisam ultrapassar os limites da dimensão biológica da alimentação e a abordagem preponderantemente informativa e avançar na direção de atuar para promover uma consciência crítica que permita avaliar não apenas a qualidade nutricional da alimentação como também os processos de produção e comercialização de alimentos e suas consequências ambientais, sociais e econômicas. A agenda regulatória prioritária que foi reafirmada durante o encontro nacional prevê: a rotulagem nutricional frontal, a tributação de bebidas açucaradas e alimentos ultraprocessados, a regulação da publicidade para o público infantil e restrições à comercialização de alimentos não saudáveis em escolas.

As(os) participantes do encontro nacional defendem a rotulagem nutricional frontal (modelo de advertências), uma proposta amparada por

diversos estudos e pesquisas científicas e de opinião, e em sintonia com recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e também da Caisan. A rotulagem frontal amplia o direito à informação e pode induzir, no médio prazo, a indústria a melhorar a qualidade e composição de seus produtos. Denunciam o projeto de lei para a "retirada da identificação do 'T' (transgênico) do rótulo dos alimentos que tramita no Congresso Nacional. Representantes da sociedade civil consideram que os acordos voluntários com a indústria de alimentos para a redução de sódio e açúcar não irão gerar resultados suficientes para a prevenção e controle das doenças crônicas, uma vez que as metas acordadas tendem a ser conservadoras e os acordos utilizados como estratégias de marketing pelas empresas.

Quanto à tributação de produtos com alta concentração de açúcares e comprovadamente nocivos à saúde, as(os) participantes do encontro apontam para o fato de que o Estado brasileiro, ao invés de tributar, subsidia a indústria de refrigerantes, por meio de manobras tributárias que resultam na redução/a isenção de impostos. Cabe lembrar que a Caisan se posiciona favoravelmente à mudança da carga tributária destes produtos.

Há disputas acontecendo no âmbito dos três poderes. No que diz respeito à regulamentação da publicidade de alimentos infantis, já houve decisões favoráveis no Superior Tribunal de Justiça (STJ), sem repercussões significativas em termos de visibilidade ou efeito cascata sobre outras ações. No Congresso Nacional há um grande embate com a indústria de alimentos quanto à proibição da venda de refrigerantes nas escolas, sendo que já foram aprovadas 11 leis estaduais com objetivos similares. No âmbito do executivo, observa-se que setores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), responsáveis por medidas regulatórias e de fiscalização, foram reestruturados, o que gera impactos sobre o andamento das agendas de monitoramento do uso de agrotóxicos, rotulagem e regulação da publicidade de alimentos, sobretudo a proibição da publicidade infantil.

No que diz respeito às metas de aumento do consumo de frutas e hortaliças, prevalece uma visão de que são necessárias ações que ampliem a oferta destes alimentos a preços acessíveis, por meio de estratégias de abastecimento mais adequadas, daí a importância do mapeamento de ambientes e desertos alimentares para que as políticas públicas possam ser mais eficientes e eficazes. As(os) participantes do encontro nacional apontam também para a necessidade de fortalecimento e qualificação das ações de atenção à saúde para prevenção das doenças crônicas, da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Pnan), da Política Nacional de Promoção da Saúde, da Política Nacional de Atenção Básica. As(os) participantes se manifestaram de maneira contundente em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS).

PRIORIDADES PARA A REVISÃO DO PLANSAN

Promoção da alimentação saudável

- Regulamentar a exposição de vídeos e materiais educativos em equipamentos públicos (unidades básicas de saúde, metrô, prédios públicos, restaurante popular etc.), de forma a estimular a alimentação saudável;
- Promover estratégias de politização envolvendo os temas dos ambientes alimentares e saúde (ex: regulação, rotulagem, agrotóxicos, transgênicos etc.) para profissionais da saúde como um todo, bem como para equipes técnicas locais das diferentes políticas, por meio dos respectivos programas de formação, entre outras estratégias.

Promoção da alimentação saudável no ambiente escolar

- Proibir a venda de produtos ultraprocessados em cantinas e adjacências das unidades escolares;

- Assegurar o cumprimento da legislação vigente do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) no tocante ao quantitativo de nutricionistas por alunas(os);
- Criar uma lei que regulamente o tema Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na rede de ensino;
- Garantir ampliação de recursos do FNDE para equipar as unidades de alimentação das escolas, com vistas à melhoria da qualidade dos alimentos ofertados;
- Fortalecer os CAEs por meio da garantia de infraestrutura e equipamentos para o seu pleno funcionamento (transporte, telefone, equipamentos de informática, etc.);
- Realizar concurso para contratação de merendeiras escolares e realizar capacitação contínua e permanente.

Ações regulatórias

- Promover a adoção de medidas regulatórias no âmbito da produção, comercialização, oferta e publicidade de produtos alimentícios ultraprocessados (em âmbito federal, estadual e municipal), para a garantia de ambientes alimentares saudáveis;
- Avançar no processo de reformulação das normas sanitárias de forma a torná-las mais adequadas aos alimentos de base familiar, tradicional e camponesa;
- Atualizar, harmonizar e monitorar a lei e os regulamentos que protegem a alimentação saudável nos três primeiros anos de vida, incluindo a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças (NBCAL) e regulamentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) como, por exemplo, o de compostos lácteos;
- Corrigir as distorções tributárias e aumentar impostos de alimentos ultraprocessados, a começar pelas bebidas açucaradas;

- Aprovar revisão da norma de rotulagem nutricional pela Anvisa, com adoção de rotulagem frontal de advertência como estratégia para garantir o direito à informação e induzir reformulação de produtos;
- Fortalecer o papel regulador da Anvisa.

Controle dos riscos relacionados ao consumo de alimentos e à exposição ao uso de agrotóxicos

- Garantir a efetiva atuação dos órgãos de saúde e de meio ambiente na regulação e fiscalização dos agrotóxicos, contaminantes e transgênicos, com destaque para a Anvisa e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
- Fortalecer as instituições públicas para a realização das reavaliações toxicológicas de ingredientes ativos, resíduo de medicamento veterinário e outros contaminantes;
- Defender a aprovação do projeto de lei da Politica Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNaRA);
- Fortalecer as instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão para o exercício de suas competências no campo dos estudos sobre os riscos relacionados à indústria dos agrotóxicos e transgênicos;
- Resgatar os critérios toxicológicos de exposição crônica a agrotóxicos na análise do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (Para).

Controle e prevenção dos agravos decorrentes da má alimentação

- Realizar ações de EAN com titulares de direito do PBF (crianças e suas famílias) nas Unidades Básicas de Saúde e nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras);

- Promover a EAN a partir do conceito de “comida de verdade”, fazendo contraposição aos ultraprocessados;
- Fortalecer as culturas alimentares tradicionais pelo estímulo ao consumo de alimentos regionais, respeitando as especificidades dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais;
- Investir na qualificação das(os) profissionais da atenção básica de saúde, quanto à prevenção e ao controle dos agravos nutricionais.

Desafio 7 – Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à agua para a população, em especial a população pobre no meio rural

As principais preocupações expressas nos encontros estaduais e nacional estão relacionadas à fragilização do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), ainda mais no atual contexto de aumento da pobreza e da seca no semiárido brasileiro. Em 2014, o programa contava com um orçamento previsto na LOA de R$ 643 milhões; em 2018, foi reduzido drasticamente para R$ 40,8 milhões.

As(os) participantes do encontro observam, por todo o país, fenômenos como: i) intensificação do processo de privatização e controle dos aquíferos e empresas de distribuição de águas por grandes empresas nacionais e multinacionais, ii) restrição do acesso à água dos rios, em decorrência de outorgas sem critério para sistemas de irrigação, que estão para além da capacidade de abastecimento e acabam secando leitos e deixando comunidades de agriculturas e agricultores sem água, como no caso de Correntina, na Bahia; iii) inadequação dos projetos de transposição de rios, como é o caso do São Francisco; iv) morte de gradativa de rios em decorrência do desmatamento de biomas como o Cerrado, de matas ciliares, da poluição por agrotóxicos, e processos predatórios de irrigação.

PRIORIDADES PARA A REVISÃO DO PLANSAN

Água para consumo humano

- Introduzir o direito à água como um direito fundamental na Constituição Federal, por meio da aprovação da PEC 39/2007;
- Recompor e ampliar, em caráter de urgência, o orçamento para as políticas públicas de acesso à água (Cisternas);
- Expandir para outras regiões e biomas as tecnologias sociais de acesso à água, respeitando as especificidades de cada bioma, priorizando povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Água para produção de alimentos

- Retomar a priorização de implantação de tecnologias sociais de acesso à água para produção, conforme metas explicitadas no Plansan;
- Criar sinergia entre os orçamentos dos ministérios e de outros parceiros voltadas para a construção de tecnologias/sistemas de acesso à água, visando ao atendimento das metas do Plansan.

Recursos hídricos

- Ampliar e qualificar a participação da sociedade civil nos Comitês Gestores de Bacias Hidrográficas;
- Universalizar o Programa Produtor de Água;
- Estabelecer a fiscalização ambiental, baseada na função social da terra, com vistas à conservação da água e do solo.

Saneamento básico rural

- Incluir a área rural nos planos municipais de saneamento básico, considerando outras formas de abastecimento de água potável, para além da água encanada;
- Desenvolver sistemas de saneamento que possibilitem a reutilização da água.

Desafio 9 – Apoio às iniciativas de promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, do direito humano à alimentação adequada e de sistemas alimentares democráticos, saudáveis e sustentáveis, em âmbito internacional, por meio do diálogo e da cooperação internacional

Nos últimos dois anos as relações sul-sul e a integração regional deixaram de ser prioridade, assim como a promoção internacional da agenda da SAN e da agricultura familiar. Mudanças institucionais e drásticos cortes na cooperação humanitária e sul-sul (CSS) são alguns dos reflexos desta mudança de foco da política externa. Entre as mudanças cabe destacar a extinção da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFOME), no Ministério das Relações Exteriores, e a redução do orçamento na LOA destinado ao programa Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil, que caiu de R$ 38,4 milhões, em 2014, para R$ 6,3 milhões, em 2018. Ainda assim, há uma grande expectativa das(os) participantes do encontro nacional quanto à elaboração de uma estratégia nacional de cooperação para a SAN, por parte da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o que é percebido como uma oportunidade de reorganizar a atuação da CSS para a SAN em um contexto de transição.

No cenário internacional são preocupantes as iniciativas que implicam fragilizar os espaços públicos de diálogo entre sociedade civil e governos em detrimento de concepções de estratégias denominadas de arranjos multi-atores *(multistakeholders)*, nos quais se pretende nivelar a participação de governos e sociedade civil às entidades que representam o setor privado, abrindo espaço para a captura corporativa e configurando uma notória situação de conflito de interesses. Há de se observar em que medida esta tendência se expressará também no contexto nacional.

Durante o encontro nacional foi reforçada a importância da manutenção de uma participação ativa do Consea no Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), bem como na implementação da Década de Ação em Nutrição (2016-2025), esta última aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2016. O Brasil participou ativamente da reforma do CSA que adotou a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e incorporou um modelo de participação social ainda inédito em outros espaços multilaterais, com a instalação do Mecanismo da Sociedade Civil, em que participam organizações e movimentos sociais que representam os grupos que sofrem violações ao DHAA. A sociedade civil brasileira está presente neste mecanismo na defesa da participação social e de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. No que se refere aos espaços de integração regional há, por um lado, um sentimento de perda de espaço do Brasil na promoção da agenda da agricultura familiar no Mercosul, e por outro, o reconhecimento do crescimento desta agenda no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Cabe constatar os esforços do governo brasileiro na organização da II Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Consan-CPLP), que teve como resultados a aprovação das “Diretrizes para o Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados-membros da CPLP” e a criação de um Grupo de Trabalho sobre Sistemas Alimentares e Nutrição.

Participantes do encontro nacional avaliam como fundamental o aprofundamento do debate sobre as obrigações transfronteiriças das empresas multinacionais, buscando ampliar o diálogo com as redes internacionais que enfrentam esta agenda.

PRIORIDADES PARA A REVISÃO DO PLANSAN

Governança global

- Criar grupo de trabalho internacional na Caisan articulado às esferas municipais e estaduais para fazer frente e incidir nos espaços de governança global;
- Realizar atividades de *advocacy* em espaços de governança global a favor da incorporação de obrigatoriedades extraterritoriais de um país para outro quanto à transparência e finalidade de seus objetos e produtos comercializados;
- Criar mecanismos de exigibilidade referentes a violações de direitos (alimentação, água, terra, território, entre outros) decorrentes de projetos de cooperação e de corporações transnacionais.

Cooperação internacional

- Formular e aprovar a Estratégia de Cooperação em SAN do Governo Brasileiro (proposta de inclusão como nova meta para o Plansan);
- Incluir a Caisan e o Consea como órgãos parceiros nas seguintes metas do Plansan: i) elaboração de marcos legais e regulatórios da cooperação (9.3); ii) promoção e fortalecimento da cooperação (9.4); iii) fortalecimento e ampliação do diálogo e cooperação com a CPLP (9.5);

- Incluir o Ministério das Relações Exteriores (MRE) como responsável pela promoção e fortalecimento da cooperação (meta 9.4) e a alimentação escolar como mais um foco de atuação desta meta;

- Fortalecer o GT Interministerial para cooperação humanitária internacional por meio do estabelecimento de diretrizes, articulando-o com a Estratégia de Cooperação Técnica Sul-Sul em SAN, sendo o responsável por esta nova meta o MRE, e os parceiros a Caisan e o Consea (proposto como nova meta para o Plansan);

- Incidir na elaboração estratégia de CSS, a partir da construção de um consenso sobre o modelo de desenvolvimento e de garantia da SAN a ser compartilhado e da indicação de modos de cooperação, assegurando participação, tanto no desenho das estratégias quanto na implementação.

Participação da sociedade civil

- Ampliar, fortalecer e articular redes internacionais de ensino, pesquisa e extensão, priorizando linhas de fomento para projetos de extensão financiados pelo MRE em torno de temas relevantes de soberania e SAN (proposto como nova meta para o Plansan);

- Implementar e efetivar a criação do Conselho Nacional de Política Externa;

- Implementar o fórum permanente de diálogo de SSAN e DHAA até julho/2018;

- Definir prazo para o estabelecimento de fórum permanente de diálogo com a sociedade civil brasileira em temas de cooperação internacional, inclusive no que se refere à SAN.

SISAN

2 – SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISAN): ATÉ ONDE CHEGAMOS E PARA ONDE QUEREMOS IR

Esta parte do documento busca expressar a visão das(os) participantes dos encontros estaduais e do encontro nacional sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). É elaborada a partir do resultado dos trabalhos de grupo ocorridos durante o encontro nacional, que buscaram responder às seguintes questões: "Quais foram os principais acertos na trajetória de construção do Sisan, tanto na definição de seu desenho e estruturas de governança quanto em seu processo de implementação? Quais os principais obstáculos e as estratégias para superá-los?". Na sua introdução, há um resgate da visão das(os) participantes dos encontros estaduais, bem como de alguns avanços apresentados pela Caisan no documento de Balanço da Execução do Plansan (2016-2019).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar (Sisan) foi instituído em 2006 pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan – Lei nº 11.346/2006), como um sistema público de gestão intersetorial e participativa. Ganhou institucionalidade e capacidade de gestão em um período em que se criavam e/ou ampliavam significativamente programas e orçamentos públicos para a segurança alimentar e nutricional (SAN), o que exigia uma ação mais articulada por parte do Estado.

O sistema foi criado com o objetivo de integrar esforços entre os vários setores, as três esferas de governo e a sociedade civil para formular, implementar e monitorar a política nacional e os planos de SAN em todo o país. Ainda que inspirado na experiência de outros sistemas, como o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o Sistema Único de Saúde (SUS), o desenho do Sisan apresenta especificidades e desafios próprios de um campo de ação essencialmente intersetorial, o que requer profundas mudanças no modo de olhar, conceber e gerir a política.

O grande desafio expresso nos relatórios dos estados é a consolidação das estruturas de governança do sistema, a exemplo das câmaras intersetoriais e dos conselhos, o que exige por parte da Caisan nacional não apenas iniciativas de estímulo e capacitação como também apoio político e financeiro para ampliar a capacidade operacional destas instâncias, tanto na promoção da gestão intersetorial quanto no apoio ao processo de adesão dos municípios ao Sisan. Do Consea nacional o que os estados esperam é o fortalecimento do diálogo interfederativo com os conselhos estaduais e municipais, para uma incidência política mais articulada, troca de experiências e definição de estratégias comuns.

O financiamento do Sisan aparece nos relatos dos estados como um desafio a ser superado, o que exige a necessidade de aperfeiçoamento das estratégias de cofinanciamento no âmbito deste sistema. A adoção de convênios firmados entre os estados e o governo federal em apoio ao Sisan, apesar de reconhecida como um avanço, tem-se mostrado ineficiente. São parcerias que resultam, em muitos casos, em insucessos do ponto de vista da execução física e financeira, comprometendo a efetiva implementação do sistema.

Percebe-se uma grande preocupação por parte dos estados quanto a seu papel no estímulo à adesão dos municípios. Os relatos indicam que, em sua maioria, os governos estaduais não se sentem aptos e não possuem condições estruturais suficientes para dar suporte ao processo de adesão dos municípios. Na visão expressada nos encontros estaduais, a baixa adesão dos municípios está também associada à falta de conhecimento e convencimento da gestão municipal e à não obrigatoriedade da adesão.

Alguns dos principais avanços apresentados pela Caisan durante o encontro nacional foram a adesão de todos os estados e o DF, assim como a formalização de 276 adesões municipais. Em relação ao financiamento do sistema, registra-se a elaboração, pela Caisan, de uma proposta de Projeto de Lei para cofinanciamento das ações de apoio à implementação do Sisan. Uma importante

conquista do ponto de vista da produção de conhecimento foi a realização de editais pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), com a seleção de 185 projetos de pesquisa científica e tecnológica em SAN.

PRINCIPAIS ACERTOS NA TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DO SISAN

- Participação ativa da sociedade civil na construção e implementação do Sisan;
- Fortalecimento da participação e do controle social na governança dos Conseas;
- Construção de marcos legais que fortaleceram a institucionalidade da SAN nas políticas públicas, tais como: a Losan, a inclusão do direito humano à alimentação na Constituição Federal e o decreto que institui a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Adesão de todos os estados e do Distrito Federal ao Sisan, embora apenas 13 estados possuam plano de SAN;
- Organização de estruturas de gestão (Caisan e Consea nacionais) e avanço nos processos de pactuação entre as três esferas de governo;
- Boas experiências de articulação das ações intersetoriais na construção do Sisan nos estados;
- Articulação e intersetorialidade promovidas pela Caisan e o Consea, que fortalecem a perspectiva de transversalidade da SAN nas políticas públicas;
- Convênios que facilitam a articulação de ações para o fortalecimento do Sisan nos estados;
- Reconhecimento da diversidade na construção do Sisan.

	PRINCIPAIS GARGALOS E OBSTÁCULOS	ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO
ADESÃO	Não obrigatoriedade de adesão. Baixa adesão de estados e municípios ao Sisan, de forma plena e efetiva.	Avançar na adesão dos estados e municípios, com Conseas e Caisans funcionando efetivamente. Adoção de estratégias para se fazer cumprir a lei, tais como parceria com o Ministério Público.
ROTATIVIDADE	Falta de consenso sobre a necessidade de órgãos específicos de SAN no organograma do executivo que se responsabilizem pelas ações e políticas públicas de SAN.	Aprofundar esta discussão para analisar os diferentes cenários que fortaleçam a articulação interesetorial para pactuação de prioridades, orçamento e implementação de ações.
FORMAÇÃO	Inexistência de uma estratégia de formação continuada em SAN (sociedade civil e governo).	Investir em educação permanente e formação continuada em SAN e gestão do Sisan.
CULTURA DE GESTÃO	Falta de cultura de gestão intersetorial e participativa. As estruturas componentes do Sisan que deveriam garantir a intersetorialidade e participação social ainda são frágeis. As competências institucionais no Sisan ainda não são plenamente reconhecidas. Desafios no entrosamento dos Conseas com as Caisans estaduais. Muitas (os) gestoras(es) ainda não valorizam e se engajam na construção do Sisan.	Investir na formação e estratégias para mudança de paradigma de gestão, com aprofundamento da perspectiva de democracia participativa. Sensibilização e formação continuada visando garantir a implementação e funcionamento do Sisan. Manutenção de uma agenda permanente de diálogo entre Caisans e Conseas.

PARTICIPAÇÃO	Dificuldade de participação da sociedade civil em diversos conselhos locais. Baixo empoderamento da sociedade civil.	Fortalecer os conselhos para realização do controle social. Garantir o financiamento público da participação social. Mobilizar a sociedade civil para demandar a priorização do Sisan na agenda de governo. Realizar campanhas para o incentivo da participação de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
FINANCIAMENTO	Estados e municípios não incluem o orçamento específico para a política de SAN nos Planos Plurianuais (PPAs). Inexistência de financiamento e cofinanciamento para gestão do Sisan.	Garantir orçamento para a execução do Plano de SAN no PPA. Garantir o cofinanciamento no PPA das três esferas. Garantir subsídios orçamentários permanentes aos estados e municípios para a gestão do Sisan. Realizar editais para implementação do Sisan nos municípios. Criar e regulamentar fundos específicos, com cofinanciamento, nas três esferas de governo. Destinar um percentual da arrecadação de impostos das indústrias de alimentos para as políticas de SAN.

REPRESENTATIVIDADE	Baixa representatividade na composição dos Conseas.	Desburocratizar para facilitar a participação, principalmente de indígenas e povos e comunidades tradicionais. Disponibilizar fomento para o trabalho de base das organizações da sociedade civil.
COMPROMISSO	Falta de conhecimento e compromisso por parte das gestoras e dos gestores. Descontinuidade de equipes e programas. Falta de mecanismos que favoreçam a adesão, o pacto federativo e orçamento.	Vincular as Caisans aos gabinetes civis (órgão congênere à Casa Civil no governo federal). Realizar capacitações e encontros com gestoras(es).

Sisan
CAROL

ESTRATÉGIAS

3 - ESTRATÉGIAS PARA AVANÇAR NA AGENDA DE SAN E NA MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Esta parte do relatório foi inteiramente elaborada a partir dos resultados dos trabalhos de grupo ocorridos durante o encontro nacional e que buscaram responder à seguinte questão: "Quais as principais estratégias que devemos adotar para avançarmos na agenda de SAN, considerando os principais elementos da atual conjuntura?". Sempre que possível é identificado ao final de cada uma das estratégias o agente responsável.

Estratégias direcionadas aos três poderes e às três esferas de governo

- Fortalecer o diálogo entre sociedade e governo, buscando formas de interação e construção conjunta;
- Adotar estratégias de *advocacy* junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (em especial o Ministério Público), a partir de uma atuação intensiva e contínua, em favor da defesa das políticas de SAN, e com base no conceito "Comida de Verdade" (Consea);
- Exigir compromisso de políticos, mulheres e homens, com as deliberações da 5ª CNSAN (Consea);
- Realizar levantamento do conjunto de desregulamentações relacionadas ao acesso à terra que estão em curso e convocar representantes dos três poderes para o debate (Consea).

Articulação e fortalecimento interconselhos

- Propor articulação entre conselhos de políticas públicas para a definição de uma agenda comum que busque: i) defender a participação social

como elemento primordial na construção de políticas públicas; ii) garantir o pleno funcionamento dos espaços de controle social, em todos os níveis de governo; ii) revogar a Emenda Constitucional nº 95; iii) pressionar pela realização da reforma tributária; entre outras pautas de resistência (Consea);

- Promover a integração do tema da sociobiodiversidade nos vários espaços de controle social (Consea);
- Unir forças, por meio da criação e fortalecimento de fórum interconselhos nos estados (Conseas estaduais);
- Elaborar uma exposição de motivos conjunta pedindo a revogação do decreto que cria, no Pará, um plano estadual de consulta livre, prévia e informada, elaborado sem a participação de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais. A iniciativa, ao desconsiderar o protagonismo dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, vai na contramão dos princípios da Convenção nº 169[10] da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos movimentos de autoproteção e autodemarcação dos territórios que vêm sendo protagonizados por estes povos (Consea nacional e Consea do Pará).

Fortalecimento da participação de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais

- Estimular a participação dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua e outros movimentos populares nos Conseas estaduais e municipais e nas políticas de SAN, por meio:

10 - A Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais, publicada em 1989 e ratificada pelo Brasil em 2002, é a convenção internacional mandatória que diz respeito aos direitos dos povos indígenas. Ela reconhece a esses povos o direito a assumir o controle de suas próprias instituição e formas de vida, mantendo e fortalecendo suas identidades, línguas e religiões dentro do âmbito dos Estados onde vivem.

- ✓ do apoio financeiro (transporte e diárias) para que possam participar das plenárias dos conselhos e das conferências (Conseas nacional e estaduais);

- ✓ de reuniões itinerantes de mobilização (Conseas estaduais);

- ✓ da desburocratização dos editais para composição dos Conseas (Conseas estaduais);

- ✓ da capacitação de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais para a elaboração de projetos de acesso às políticas de SAN (Conseas nacional e estaduais);

- ✓ da criação de mecanismos legais de políticas afirmativas para diferenciar e permitir o acesso às políticas universais e específicas (governo federal e estaduais).

Articulação com fóruns, redes e movimentos

- Articular e promover junto a movimentos sociais e outras relevantes representações populares a construção de um projeto de soberania popular, considerando os retrocessos elencados no Documento Síntese deste encontro, somados aos que foram trazidos na 5ª CNSAN+2 (Consea);

- Encaminhar manifesto de defesa do direito à água para o Fórum Mundial das Águas (Consea);

- Fortalecer a articulação com o Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) para a aprovação imediata do PL 6670/2016, referente à Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Consea);

- Promover agendas de SAN, tais como regulação de produção, oferta e consumo de produtos alimentícios ultraprocessados, o fortalecimento da agricultura familiar e a demarcação de terras de comunidades quilombolas, por meio das mobilizações que ocorrem no âmbito da Década da Nutrição e da Década Internacional Afrodescendente, ambas promovidas por organizações das Nações Unidas (Consea e Caisan);

- Reconhecer o valor e apresentar candidatura à iniciativa da FAO de identificação de sistemas alimentares tradicionais e sustentáveis, como forma de valorizar o patrimônio material e imaterial e combater o preconceito contra os povos tradicionais e seus modos tradicionais de produção (Consea).

Formação em SAN

- Identificar, articular, desenvolver e garantir recursos para a formação permanente em DHAA, SSAN, Sisan e para o conhecimento e monitoramento das políticas públicas e a exigibilidade de direitos, voltados para: conselheiras(os) e gestoras(es) públicos das três esferas, representes da sociedade civil, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e grupos vulneráveis (ex: população em situação de rua e pessoas privadas de liberdade) (Caisan);

- Inserir temas de SAN nos livros didáticos, no currículo escolar e nos projetos político-pedagógicos, envolvendo profissionais de educação, saúde e áreas afins na divulgação dos conteúdos (Caisan);

Comunicação

- Fortalecer movimentos que buscam a democratização da mídia, com equidade no direito à voz para a cidadania ativa e a democracia participativa, por meio de processos plurais e populares;

- Realizar campanhas nacionais sobre o que é o tema e a Política Nacional de SAN, por meio de comunicação institucional e das mídias sociais (Caisan e Consea);
- Fortalecer a capacidade de comunicação dos Conseas (nacional, estaduais e municipais), investindo nas mídias sociais;
- Criar estratégias de divulgação no campo da cultura (Caisan e Consea);
- Criar uma rede de comunicadoras(es) em universidades para amplificar a divulgação de projetos de extensão em SAN bem sucedidos;
- Promover o debate da soberania e segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada na agenda de sindicatos, associações, movimentos estudantis, entidades profissionais, entre outros (Consea).

Temas para mobilização e campanhas

- Combate ao uso de transgênicos e agrotóxicos;
- Valorização da democracia participativa e dos conselhos de políticas públicas;
- Valorização dos saberes, fazeres e práticas de resistência dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, população negra, quilombolas, ciganos e comunidades de matriz africana;
- Valorização das políticas de SAN para a mobilização da sociedade em sua defesa e a exigibilidade por parte dos sujeitos de direito.

Resistência à Emenda Constitucional (EC) nº 95

- Mapear e fortalecer ações que já existem para revogar a EC 95 (Consea);

- Exigir das(os) candidatas(os) o compromisso de revogar a EC 95 e de barrar outros retrocessos, divulgando suas posições nas redes sociais (Consea);
- Promover uma atuação interconselhos para a revogação da EC 95 (Consea nacional e estaduais).

Denúncias de violação e instâncias de exigibilidade do DHAA

- Instituir, fortalecer, ampliar e divulgar canais de denúncia de violação e instâncias de exigibilidade de direitos, com ênfase no DHAA, a serem mais efetivamente acionados pelos sujeitos de direitos (Caisan e Consea);
- Capacitar a sociedade para a utilização dos canais de denúncia (Caisan e Consea);
- Fortalecer a interlocução com o Ministério Público e propor a criação de promotorias de SAN, aos moldes das promotorias de saúde e meio-ambiente (Conseas nacional e estaduais);
- Denunciar empresas que violam o DHAA ou cometem outros crimes que afetam a SAN (Conseas nacional e estaduais).

CONSIA
25
years
ef

AGENDA DE FUTURO

4 – AGENDA DE FUTURO

Durante o encontro nacional 5ª CNSAN+2, as(os) participantes tiveram a oportunidade de eleger o que consideraram como temas prioritários para uma agenda de futuro. São temas estratégicos para a garantia da segurança alimentar e nutricional que ainda não foram priorizados ou debatidos de forma suficiente pelos Conseas. Os 10 temas eleitos pelos participantes foram objeto de trabalhos de grupo durante o encontro nacional. O que se apresenta abaixo é uma breve síntese do diálogo que aconteceu em cada um dos grupos e um conjunto de estratégias prioritárias que servirão como inspiração para a renovação e ampliação da agenda dos Conseas, tanto nacional como estaduais e municipais.

Racismo institucional e seus efeitos na soberania e segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, da população negra e dos povos e comunidades tradicionais (PCTs)

Muitas(os) dos(as) participantes deste grupo de trabalho relataram situações pessoais em que foram vítimas de racimo institucional. Foi principalmente a partir destes relatos que se desenvolveu a conversa. O racismo institucional foi associado ao desconhecimento e desvalorização da cultura e ancestralidade dos povos pelas(as) servidoras(es) e nas políticas. Acontece também quando as políticas públicas são feitas “para” os povos e as comunidades, e não “com” eles, ou seja, acontece quando são desrespeitados os direitos de autodeterminação dos povos, previstos na Convenção nº 169 da OIT e no Decreto nº 6.040/2017, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Na visão de um dos participantes, é importante que se entenda que “quem fala do povo é seu próprio povo”.

Participantes observam que, historicamente, o racismo institucional se desenvolve a partir da não laicidade do Estado. Predominam valores, símbolos e

práticas cristãs (católicas e evangélicas) nos espaços das três esferas de poder e o atendimento diferenciado a pessoas que adotam outras religiões, especialmente as de matriz africana. Mesmo em instituições públicas criadas especificamente para assegurar direitos a povos indígenas, povos e comunidades tradicionais acontece o racismo, entre os quais o preconceito em relação a colares, cocares, turbantes e outras indumentárias que expressam a identidade dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais.

Também se observa em instituições públicas o preconceito fundado no desconhecimento sobre a cultura, os direitos e as políticas públicas voltadas para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais. Poucas(os) servidoras(es), por exemplo, sabem o que são comunidades tradicionais, quilombolas ou povos de matriz africana, ou até mesmo que racismo é crime. Tanto o Executivo, quanto o Legislativo e o Judiciário têm dificuldades em reconhecer o valor e absorver as pautas específicas destes povos. Na alimentação escolar não são respeitadas as necessidades alimentares especiais de povos indígenas e de matriz africana. Nas universidades públicas a política de cotas não é suficientemente acompanhada de iniciativas de combate ao preconceito e de auxílio financeiro para a permanência. Indígenas, ribeirinhos e ciganos não conseguem acessar políticas pela ausência de endereço fixo. A predominância de determinados fundamentos éticos e religiosos se revela também no preconceito e dificuldade na adoção da pauta dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTs).

Participantes do grupo consideram que o racismo institucional se expressa também na má distribuição do orçamento público, uma vez que são proporcionalmente insignificantes os recursos destinados a políticas específicas. O sucateamento de instituições como o Incra, a Funai, a Fundação Palmares e a Seppir e os drásticos cortes orçamentários para programas voltados para os povos indígenas e povos e comunidades tradicionais são também considerados como forma de expressão do racismo institucional.

O Estado brasileiro praticamente não reconhece o papel que exercem estes povos e comunidades na preservação da biodiversidade e do patrimônio cultural brasileiro. Em muitos casos, quando se cria uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, por exemplo, as famílias extrativistas que lá vivem são expulsas. A aplicação da teoria do "marco temporal" sobre as terras indígenas é também considerada como mais uma tentativa de expulsão dos povos de suas terras originárias e de preconceito contra seus modos de vida tradicional. O impedimento de funcionamento de casas de matriz africana também.

Observa-se um desconforto quanto ao tratamento de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais como segmentos, ou temáticas transversais, ou ainda quando são colocados em um mesmo grupo de trabalho ou comissão, obrigadas(os) a criar uma pauta única, quando na maior parte dos casos há questões específicas. Essas dinâmicas se revelam em espaços de participação, como no caso do próprio Consea nacional, e também nos estaduais e municipais. Participantes do encontro consideram que é preciso ampliar o debate sobre racismo institucional, fazer chegar até as comunidades e estimular as denúncias.

Estratégias propostas:

- Realizar (Consea nacional e Conseas estaduais) encontros estaduais para discutir o racismo institucional que sofrem a população negra, quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais na relação com o estado brasileiro;
- Combater, no âmbito municipal, o preconceito racial que sofrem os povos indígenas, povos e comunidades tradicionais no acesso ao mercado de trabalho;
- Garantir recursos orçamentários para a execução de políticas públicas específicas para indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais;

- Respeitar os hábitos alimentares dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais em eventos públicos e políticas de SAN;
- Padronizar as categorias de identificação dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais em todos os registros/cadastros do Estado nacional, em comum acordo com estes segmentos, e garantir que aqueles ainda não mapeados também sejam identificados;
- Desburocratizar o acesso às políticas de SAN para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais;
- Regulamentar o marco legal da pesca profissional artesanal brasileira;
- Garantir mecanismos que assegurem a permanência dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais nas universidades federais e estaduais, assim como a capacitação de servidoras(es) da educação, para a melhor compreensão da realidade desses povos que ingressam via políticas de direito;
- Contextualizar a educação nas escolas aos modos de vida dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, garantindo a implantação de escolas nas comunidades;
- Criar uma lei punitiva para servidoras(es) públicas(os) que pratiquem o racismo institucional;
- Realizar, nas instituições públicas de todos os setores, debates sobre a importância do respeito e conhecimento da diversidade étnica e cultural de todos os povos;
- Garantir a participação de representantes de PCTs nos Conseas estaduais e que a escolha de representantes para eventos nacionais seja feita de forma democrática e a partir da consulta aos conselhos estaduais.

Meio ambiente na agenda de soberania e segurança alimentar e nutricional

Participantes do grupo de trabalho observam que a indústria de alimentos e os hábitos alimentares têm papel central na sustentabilidade ambiental do planeta. O modelo de produção agrícola baseado na homogeneização da alimentação e na monocultura gera hábitos de consumo e dinâmicas no mercado de alimentos considerados por participantes do grupo como insustentáveis do ponto de vista social, cultural e ambiental.

As formas de produção e os hábitos de consumo estão mudando, alimentos que antes eram típicos de uma estação já são encontrados praticamente ao longo de todo o ano, comunidades ribeirinhas trocaram o açaí por produtos industrializados e há um aumento global no consumo de carne. Grande parte do cultivo de grãos é destinada à produção de proteína animal. Na visão dos participantes do grupo "o planeta não tem condições de sustentar os novos hábitos alimentares". Por outro lado, algumas das práticas adquiridas até mesmo pelos pequenos agricultores, ao longo da história, precisam ser alteradas, como, por exemplo, as queimadas e o uso de agrotóxicos. Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, há uma nova compreensão do uso da terra, que prevê um planejamento agrícola diversificado para toda a propriedade, a partir da perspectiva da agroecologia.

As mudanças climáticas, por sua vez, exigem uma enorme capacidade de adaptação, que os biomas não têm, por isso muitos estão ameaçados. Também está ameaçada a biodiversidade do planeta, o que vai diminuindo também a diversidade alimentar.

Estratégias propostas:

- Fortalecer a agroecologia, a partir da efetivação das metas do Plano

Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) como o modelo capaz de produzir Comida de Verdade;

- Valorizar e resgatar hábitos alimentares tradicionais, considerando-os como formadores do patrimônio imaterial brasileiro;
- Promover intercâmbio e trocas de experiências com vistas ao esclarecimento e sensibilização da população sobre produção sustentável, consumo de alimentos saudáveis, riscos dos alimentos ultraprocessados;
- Fortalecer redes de vigilância, monitoramento e denúncia sobre a criação/alteração de leis que ameaçam a segurança alimentar e nutricional e o meio ambiente;
- Promover alternativas às práticas produtivas do agronegócio e regular sua atuação por meio, por exemplo, do fim das impunidades para os crimes ambientais e efetivação dos direitos territoriais originários assegurados na Constituição Federal.

Sistemas Alimentares Saudáveis

Para os participantes do grupo de trabalho, Sistemas Alimentares Saudáveis são baseados em modos de produção agroecológica que fortalecem as agricultoras e os agricultores familiares e suas formas organizativas. Avaliam que a sociedade ainda não está convencida sobre a viabilidade destes sistemas alimentares de base agroecológica, por isso consideram importante o mapeamento e divulgação de experiências bem sucedidas. Este é um campo de disputas com o agronegócio e a indústria de alimentos, que promovem um sistema alimentar que tende a padronizar hábitos alimentares, mas que convence a sociedade por sua capacidade de produção em grande escala e investimento em comunicação.

Para assegurar a soberania alimentar com base na produção de alimentos saudáveis, diversificados e livres de agrotóxicos, Sistemas Alimentares Saudáveis dependem de políticas públicas de crédito, de assistência técnica e de comercialização, que sejam adequadas à perspectiva agroecológica. Dependem de apoio para a proteção e multiplicação das sementes crioulas, por isso é fundamental o apoio a bancos de sementes, comunitários e familiares, iniciativas que, para ganhar escala, demandam financiamento público e adequação de marcos legais.

Os instrumentos de políticas públicas, mesmo os criados com o objetivo de fortalecimento da agricultura familiar, ainda estão, em sua essência, desenhados a partir de uma lógica que favorece determinadas cadeias produtivas e a monocultura. O Pronaf, por exemplo, adota uma perspectiva de mercado e de fortalecimento das cadeias do agronegócio, na medida em que concentra o financiamento na produção de milho e soja. São grandes as dificuldades enfrentadas por pequenas e pequenos agricultores na colocação de seus produtos minimamente processados no mercado, inclusive no mercado institucional da alimentação escolar, devido à inadequação da legislação sanitária. Outra incoerência são as distorções tributárias que não favorecem a formação de sistemas alimentares saudáveis, tais como o fato de que agrotóxicos e refrigerantes são subsidiados pelo Estado, em detrimento a produtos saudáveis, que deveriam ser o alvo destes benefícios.

Estratégias propostas:

- Readequar as políticas públicas de crédito, fomento, assistência técnica rural e comercialização, garantindo a inclusão das(os) mais vulneráveis, na perspectiva da agroecologia, por intermédio de estratégias como: a busca de coerência dos instrumentos de políticas públicas com os tempos e preceitos da agroecologia; a proteção de sementes crioulas e o investimento em processos de transição agroecológica;

- Garantir o respeito aos direitos previstos em leis e na Constituição Federal, que protegem os territórios que praticam a agroecologia enquanto modo tradicional de produção de alimentos, tais como as terras indígenas, comunidades quilombolas, assentamentos da reforma agrária e territórios camponeses e de agricultoras e agricultores familiares;

- Elaborar inventário de experiências agroecológicas bem sucedidas, como forma de dar visibilidade, mostrar viabilidade e promover intercâmbios;

- Implantar políticas públicas de abastecimento, em nível nacional, estadual e municipal, que facilitem o acesso à alimentos "in natura" e minimamente processados;

- Fazer avançar a agenda regulatória na perspectiva de garantia de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, com ênfase em: normas sanitárias inclusivas; políticas tributárias que reduzam o preço de alimentos "in natura" e minimamente processados e aumentem o preço dos alimentos ultraprocessados; iniciativas que corrijam distorções na taxação dos agrotóxicos, de forma a aumentar impostos, de acordo com a sua toxicidade.

Equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional

Os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional têm um papel histórico muito importante na construção das políticas de SAN, mesmo antes da instituição da Losan, quando alguns municípios apostavam na implementação de sacolões públicos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros. O que o grupo observa é que estes equipamentos estão perdendo relevância no Sisan e precisam voltar para o centro da agenda de SAN.

Os Restaurantes Populares são valorizados não apenas pela capacidade

de oferta de alimentos, mas também como equipamentos estratégicos para iniciativas de educação alimentar e nutricional e fomento da cultura alimentar local. Participantes do grupo relataram situações de preconceito contra moradores de rua, proibidos de entrar nestes equipamentos por suas condições de vestimenta e higiene, o que foi considerado como uma violação de direito. O apoio do governo federal para a construção de Restaurantes Populares em lugares estratégicos, onde se concentram pessoas em insegurança alimentar, é considerado um acerto, porém o que se observa é que grande parte dos municípios não consegue se responsabilizar por sua sustentabilidade, especialmente em um contexto de crise. É necessário o debate sobre formas possíveis de cofinanciamento e parcerias com o setor não governamental e privado.

O Banco de Alimentos foi considerado como um equipamento fundamental na recepção, seleção, aproveitamento e destinação de alimentos desperdiçados, porém a logística tende a ser um grande desafio. Outros equipamentos de SAN considerados como estratégicos são as feiras, as cozinhas comunitárias, especialmente quando voltadas para o fortalecimento da cultura alimentar de povos e comunidades tradicionais, como é o caso das Cozinhas Quilombolas, e os equipamentos voltados para o recebimento e distribuição de alimentos no âmbito do PAA e do Pnae.

Estratégias propostas:

- Fortalecer a adesão municipal ao Sisan como estratégia para impedir a descontinuidade dos equipamentos de SAN;
- Associar a descentralização de recursos para a construção de equipamentos de SAN à adesão ao Sisan, garantindo recursos para implementação e funcionamento no Plano Plurianual (PPA) nas três esferas de governo;

- Aportar recursos para a modernização e ampliação das estruturas (câmaras frias, caminhões refrigerados, etc.) dos equipamentos públicos de SAN;

- Ampliar conceitualmente a noção de equipamentos público de SAN, de forma a contemplar outros serviços públicos de alimentação e o público em geral, não apenas os que se encontram em situação de insegurança alimentar, por meio de estratégias de ampliação do acesso à alimentação, como sacolões, feiras, cozinhas escolares, entre outras;

- Priorizar as compras públicas da agricultura familiar para o abastecimento dos equipamentos de SAN, aos moldes da alimentação escolar;

- Estabelecer iniciativas que favoreçam a complementariedade e parceria entre os equipamentos da rede pública de abastecimento (Conab, Ceasas) e os equipamentos de SAN.

Necessidades alimentares especiais na agenda de soberania e segurança alimentar e nutricional

O debate deste grupo se restringiu a um número muito pequeno de pessoas, que consideram que no Brasil o olhar sobre as necessidades alimentares especiais está focado em um número pequeno de enfermidades, como é o caso da diabetes. Para muitas necessidades alimentares especiais, como é o caso das pessoas portadoras de doença celíaca e de anemia falciforme, não há protocolos de diagnóstico e formação dos profissionais da saúde adequados. A integração entre os setores da saúde e da educação foi considerada como fundamental para a circulação de informação e diagnóstico, especialmente na infância. Os participantes do grupo consideram que é urgente a ampliação deste debate no âmbito do Consea.

Estratégias propostas:

- Interação entre Conseas, CAEs e Conselhos de Saúde para a criação de uma política de promoção da saúde de pessoas com necessidades alimentares especiais;
- Realizar, no âmbito do Consea, atividades que permitam a reflexão sobre o tema Soberania Alimentar e Necessidades Alimentares Especiais;
- Ampliar os inquéritos de identificação de pessoas com necessidades alimentares especiais, incluindo avaliações escolares;
- Promover a produção de oleaginosas e substitutos de trigo e leites animais e derivados, estimulando o extrativismo e promovendo a sustentabilidade ambiental, econômica, social e a saúde da população.

Perdas e desperdícios de alimentos

Participantes do grupo consideram que as perdas e desperdícios de alimentos acontecem ao longo de toda a cadeia produtiva. Há enorme perda no transporte e logística de distribuição de alimentos, especialmente na região amazônica, mas é preciso considerar que o desperdício acontece também nos domicílios, a partir de hábitos alimentares e culinários, que, entre outros aspectos, não consideram a perspectiva de aproveitamento integral dos alimentos. O desperdício se dá também quando não há o aproveitamento dos restos dos alimentos para a compostagem, o que poderia ser revertido em adubo orgânico, especialmente no âmbito da agricultura urbana e periurbana.

Foram muitas as falas sobre a necessidade de aperfeiçoamento da legislação que regula a doação de alimentos. Há vários e contraditórios projetos de lei em tramitação. Por um lado, há a preocupação com a possível criminalização de doadores pelo risco de contaminação dos alimentos e, por outro, existe a preocupação com os riscos à saúde de quem recebe. Participantes

do grupo consideram que é preciso criar um padrão de identidade e qualidade que determine até quando o alimento pode ser doado e parâmetros a partir do qual qualquer pessoa, não apenas nutricionistas, possa fazer a seleção do que pode ser doado. A flexibilização da legislação em relação à doação de refeições prontas é mais complexa, porque este tipo de doação requer investimento logístico de conservação e de garantia das condições sanitárias da alimentação pronta a ser doada. Para alguns participantes, o estimulo à doação, que pode até mesmo tomar forma de isenções fiscais, deve ser centrado em alimentos "in natura" e não em ultraprocessados, que tendem a ser os mais ofertados pelas redes de supermercados.

Estratégias propostas:

- Aperfeiçoar a logística de armazenamento e escoamento dos produtos, considerando as especificidades regionais e de biomas nacionais;
- Incentivar o consumo de produtos regionais para evitar custos com transporte e desperdício;
- Realizar ações educativas contínuas para consumidoras e consumidores, produtoras e produtores, em diferentes ambientes e mídias;
- Promover a utilização de tecnologias sociais e defensivos agroecológicos para diminuir a incidência de pragas nas lavouras;
- Criar programas de compostagem orgânica pelos Bancos de Alimentos;
- Promover políticas de incentivo ao processamento mínimo, no local de produção;
- Incentivar o cooperativismo voltado à redução das perdas e desperdício de alimentos;
- Revisar a legislação sanitária em todas as etapas da cadeia produtiva;

- Revisar legislações e trâmites burocráticos existentes, de forma a facilitar o recebimento e doação de alimentos “in natura” e prontos para o consumo, pressionando pela aprovação do Projeto de Lei 3070/2015, que estabelece regras específicas para reduzir o desperdício de alimentos.

Relação do Sisan com demais sistemas de políticas públicas como o Sistema Único da Assistência Social (Suas) e o Sistema Único de Saúde (SUS)

Na visão do grupo, a integração do Sisan com os demais sistemas de políticas públicas é um enorme desafio, primeiramente porque a perspectiva da intersetorialidade é uma novidade para a gestão pública. O Sisan é ainda um sistema novo e com baixa capacidade orçamentária, na comparação com os demais sistemas, em especial o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (Suas), o que faz com seja ainda pouco visível no âmbito dos estados e municípios. Participantes do grupo avaliam que os sistemas podem se potencializar, o que passa tanto pelo compartilhamento de recursos, quanto pela concepção e gestão de políticas integradas que tenham a questão da alimentação adequada como norte comum para o fortalecimento de vínculos.

Algumas das possíveis formas de integração acontecem na interface entre iniciativas e programas, como a vigilância alimentar no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF), e por meio de esforços conjuntos de busca ativa de famílias para a inclusão no Cadastro Único. Apesar do potencial, participantes do grupo relatam dificuldades quanto à possiblidade de utilização de recursos financeiros descentralizados por intermédio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do PBF em iniciativas voltadas para a segurança alimentar e nutricional. Iniciativas de educação alimentar e nutricional são percebidas como oportunidades, a exemplo da adoção e distribuição de materiais educativos nos equipamentos

de saúde e da assistência social. Porém, é preciso que os gestores públicos dos diferentes sistemas sejam capacitados para a implementação de estratégias desta natureza. Os equipamentos públicos de SAN são percebidos também como espaços estratégicos para a promoção desta integração.

Para as(os) participantes do grupo cabe à Caisan explorar melhor quais são estas interfaces, para que se possam estabelecer novos pactos federativos entre os sistemas. É preciso também fortalecer o diálogo entre conselhos e estabelecer um sistema mais eficiente de financiamento para o Sisan.

Estratégias propostas:

- Construir um sistema de financiamento próprio que contribua na identidade do Sisan;
- Garantir recursos financeiros de forma intersetorial entre os sistemas, de forma que a Caisan assuma efetivamente o papel de articulador da coordenação intersetorial;
- Realizar ações integradas juto com o Suas e o SUS;
- Aproximar Conseas e Caisans e Vigilâncias Sanitárias municipais e estaduais no âmbito da inclusão produtiva com segurança sanitária;
- Incluir a temática de SAN nas conferências dos demais sistemas de políticas públicas;
- Promover editais específicos e diretos para os municípios implementarem o Sisan;
- Fortalecer, divulgar e implementar o DataSAN[11];

11 - O DataSAN é um sistema de informação do Sisan, que permite a análise de indicadores de SAN, relativos à produção de alimentos, renda e despesas, acesso à alimentação saudável e adequada, saúde, nutrição, educação, programas e políticas públicas. As informações que integram as 121 variáveis do Data SAN são fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e a Anvisa. Acesso em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/layout/teste/miv_novo.php

- Reativar e fortalecer a relação interconselhos;
- Instituir câmaras temáticas de SAN nos Conselhos de Assistência Social e Saúde, assim como nos demais conselhos.

Formação em SAN e DHAA para gestoras(es), sociedade civil e profissionais

Na visão do grupo, um projeto amplo de formação continuada para a SAN deve considerar que existem públicos e necessidades diferenciadas de formação, para as quais é preciso pensar estratégias específicas. A maior parte das iniciativas de capacitação são voltadas para gestoras e gestores, algumas incorporam conselheiras e conselheiros da sociedade civil, mas dificilmente chegam à base, aos sujeitos de direito. Participantes consideram que várias iniciativas de formação promovidas no âmbito do Sisan, pelo governo, federal, estadual e municipal, assumem um caráter meramente expositivo. Cabe valorizar metodologias participativas, que garantam que todas as pessoas possam se manifestar e expressar sua opinião, para que as(os) participantes saiam destes encontros empoderadas(os).

Conselheiras(os) e gestoras(as) precisam de uma profunda formação para que entendam bem a perspectiva de direitos. Por outro lado, os usuários das políticas de SAN precisam conhecer seus direitos e as regras de funcionamento dos programas. Iniciativas continuadas de compartilhamento de informação entre gestores e conselheiros nos vários espaços de encontro e participação social podem ser também consideradas como processos de formação, para o favorecimento da intersetorialidade e do diálogo entre sociedade civil e governo. Para chegar às bases, os processos formativos devem se apropriar da educação popular, já incorporada nas dinâmicas dos movimentos sociais.

Os processos de formação em SAN devem também adentrar as escolas e as universidades. O tema da Segurança Alimentar e Nutricional precisa ser

incorporado na grade curricular de cursos universitários. Para a informação do público em geral é preciso pensar em campanhas e jornadas que deem visibilidade, por exemplo, aos temas que vêm sendo priorizados no Consea, utilizando-se principalmente das plataformas virtuais e com foco na juventude.

No desenvolvimento dessas estratégias cabe aproveitar os espaços e as plataformas já existentes, tais como a Rede NutriSAN e os Centros Vocacionais Tecnológicos, ambos apoiados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), e os equipamentos públicos de SAN.

Estratégias propostas:

- Criar ferramentas tecnológicas de educação à distância (EAD) que ofereçam cursos e oficinas de capacitação em SAN para a população em geral;
- Ter como referência nos processos formativos a educação popular e metodologias participativas de construção do conhecimento;
- Realizar intercâmbio de experiências bem sucedidas de capacitação entre os estados;
- Garantir que as conselheiras e os conselheiros da sociedade civil e governo se comprometam em compartilhar os processos formativos em suas bases;
- Mapear e potencializar as redes já formadas, como a Rede de Pesquisadores de SSAN, Ideias na Mesa, observatórios de SAN e núcleos de estudos afro-brasileiros;
- Inserir como pauta prioritária dos Conseas e Caisans a elaboração de uma Plano de Educação Permanente para a SAN, assegurando seu financiamento e cofinanciamento;

- Criar processos de capacitação continuada para conselheiras e conselheiros dos Conseas (estaduais e municipais) e Caisans;
- Incorporar nos processos formativos os diferentes setores associados a esta agenda, como a educação e a saúde, a partir de uma perspectiva de intersetorialidade;
- Promover campanhas sobre DHAA e SAN na rede pública, em todos equipamentos de SAN, saúde, educação e demais setores afetos à SAN.

Inserção do tema da SAN nos currículos escolares

O grupo avalia que a inserção do tema da SAN nos currículos escolares[12] reúne uma série de desafios e que é preciso considerar a enorme demanda para abordagem dos mais variados e relevantes temas no currículo escolar e a dificuldade de incorporá-los. Há um entendimento comum de que esta é uma tarefa a ser compartilhada entre nutricionistas, professoras e professores, a ser desenvolvida nos projetos pedagógicos das escolas, e que tem interface com as diretrizes e estratégias desenhadas no âmbito do FNDE, do PNAE e do Programa Saúde nas Escolas. O desenvolvimento de atividades de educação alimentar e nutricional já é uma competência das(os) nutricionistas que atuam no âmbito do Pnae, porém há de se considerar o enorme déficit desses profissionais nos sistemas públicos. A promoção de jornadas de educação alimentar e nutricional, promovidas pelo FNDE, foi apresentada como uma iniciativa exitosa.

Estratégias propostas:

- Criar quadro efetivo para educação em SAN na rede de ensino, com capacitação das(os) profissionais envolvidos na área;

12 - Após o encontro foi publicada a Lei nº 13.666/2018, que acrescenta ao artigo 26 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases) que "a educação alimentar e nutricional será incluída entre os temas transversais" nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

- Realizar concurso público para manipulador de alimentos em nível técnico e superior;
- Exigir o cumprimento da lei do Pnae e do Conselho Federal de Nutrição em relação à quantidade de nutricionistas e suas responsabilidades, atuando e inserindo nos currículos de base a disciplina de SAN.

Mulheres na agenda de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

O debate sobre a atuação das mulheres na construção da soberania e segurança alimentar e nutricional[13] pressupõe a ampliação da visibilidade do papel da mulher como sujeito político e agente econômico. Persiste ainda o desafio da superação das desigualdades das relações de gênero, raça e etnia, visto que o desenho de diversas ações públicas ainda se pauta em referenciais do universo masculino, que invisibilizam a participação feminina e subestimam a atuação das mulheres. Não é possível avançar na implementação da PNSAN sem rever a concepção equivocada de que a participação feminina na produção é meramente complementar à do marido ou que as atividades desempenhadas pelas mulheres, em diversos espaços e contextos, como a amamentação e a produção de alimentos para o autoconsumo, não têm valor mensurável e, por isso, não merecem ser objeto de incentivos oficiais por meio de políticas públicas. A autonomia das mulheres passa por processos de auto-organização, pela formação de redes e organizações, que possam efetivamente fortalecer sua atuação e seu poder político.

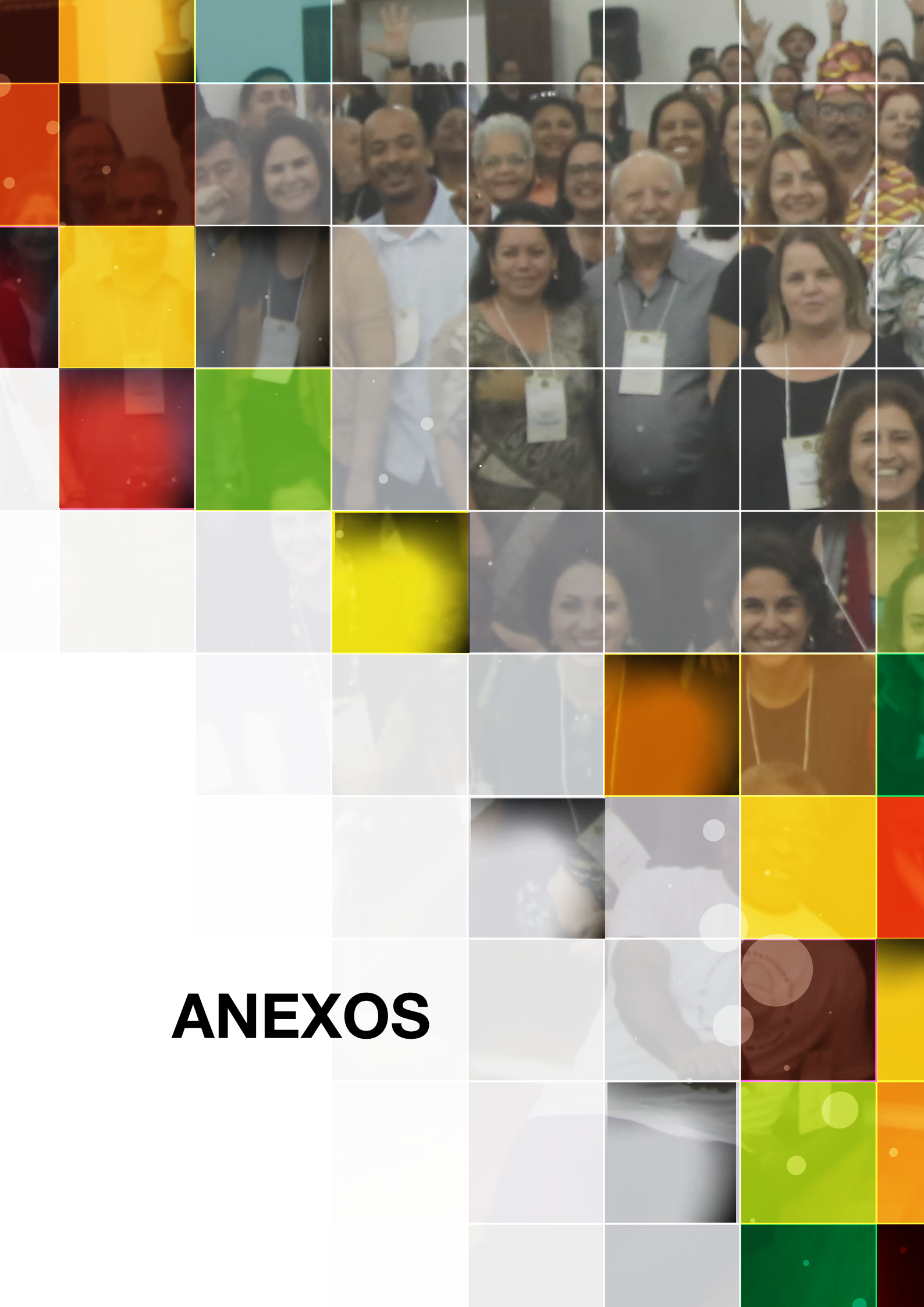
É preciso destacar a histórica atuação das mulheres – e, em especial, as indígenas, quilombolas e as negras – na preservação dos ecossistemas e das sementes locais tradicionais e/ou crioulas, pois elas detêm um conhecimento vasto e tradicional sobre a biodiversidade. Apesar dos avanços conferidos com a aprovação da titulação conjunta da terra em 2003 – e com a ampliação das

13 - Para a introdução desta agenda de futuro também foi utilizado o documento do encontro temático preparatório para a 5ª CNSAN "A atuação das Mulheres na construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional",. A má qualidade dos registros de áudio deste GT não permitiram a recuperação de parte dos debates do grupo

políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e as voltadas para povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais –, as mulheres ainda enfrentam muitas dificuldades no acesso à terra e às políticas públicas, o que deve ser contornado com políticas específicas e ações de busca ativa.

Estratégias propostas:

- Reconhecer e incentivar, no âmbito da SAN, a contribuição das mulheres do campo, cidade, florestas e das águas;
- Fortalecer a política de aleitamento materno e ampliar a formação de multiplicadoras(es) e informação permanente e continuada para a população em geral;
- Combater as infrações à Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de 1ª Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL) e exigir dos governos a adoção das medidas legais cabíveis;
- Reconhecer e fortalecer as práticas alimentares específicas das mulheres;
- Combater toda e qualquer redução dos direitos das mulheres como, por exemplo, as previstas na reforma da Previdência;
- Incidir para a recomposição do orçamento de todos os programas, nos diferentes setores, que promovam a redução das desigualdades, combate à violência e assédio, acesso a políticas, programas e financiamento, fortalecimento das mulheres, entre outros.
- Democratizar o acesso aos alimentos oriundos da agroecologia;
- Monitorar e combater as pautas que tramitam, no Congresso Nacional e no Judiciário, que afetam os direitos das mulheres.



ANEXOS

ANEXOS

ANEXO 1: Carta das Mulheres Indígenas, Carta de Povos e Comunidades Tradicionais e População Negra

Conselho das Mulheres Indígenas da Januaria e Tabocal

Guerreiras da Floresta da Maçaranduba

Articulação das Mulheres Indigenas do Maranhão - AMIMA

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS

8 de março – Dia Internacional da Mulher

Paralização Intermacional das Mulheres:

Nossas riquezas e nossos direitos são inegociáveis

Nós, mulheres indígenas dos povos Guajajara, Ka´apor e Awá, dos territórios Rio Pindaré, Caru e Alto Turiaçu aderimos a *Paralização Intermacional das Mulheres* **porque** não aceitamos viver numa sociedade racista, machista e que **concentra riquezas nas mãos de poucos homens brancos** gerando fome, desemprego ou subemprego para a maioria da sociedade e destruição dos recursos naturais.

Paramos porque somos nós, as mulheres, as primeiras a sofrer com as consequêncais das violências econômicas da sociedade capitalista, machista e racista que trazem diversas formas de violências, como empobrecimento, a violência contra as mulheres e as meninas, o abuso sexual, a prostituição, drogas e bebidas alcoólicas dos karaí (Brancos).

Paramos porque somos contra os 25 projetos de leis que tramitam no Congresso, os quais tratam de retirada de direitos - PC 215, a Tese do Marco Temporal, da Mineração e outros. Também somos contra a todas as medidas antidemocráticas dos golpistas que estão à serviço do capital – reforma da previdência, trabalhista, a Emenda Constitucional 95/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos na saúde, educação e políticas sociais.

Paramos porque queremos viver num mundo onde os direitos dos povos e da natureza sejam respeitados. Somos contra o modelo de desenvolvimento econômico que desde a colonia viola nossos direitos originários, mercantilizando nossa terra, nossa água, o nosso ar, nossos conhecimentos tradicionais, as plantas e os animais.

Paramos pela vida das mulheres, por nenhum direitos a menos, pela democracia, pelo fim dos agratóxicos, pela soberania nacional, pela demarcação e proteção dos territórios indígenas já!

Encontro Nacional da 5ª Conferência + 2

As Mulheres e Homes dos povos e comunidades tradicionais e população negra reunidos no Encontro Nacional da 5ª Conferência + 2, em Brasília no dia seis de março de dois mil e dezoito, participaram da atividade integradora com o tema direcionado aos grupos populacionais tradicionais e específicos voltado a inclusão no Cadastro Único, integrado com a roda de conversa sobre o PCTs e as políticas públicas para População Negra e Povos de Comunidades Tradicionais, levando em consideração a Década Internacional dos Afrosdescendentes - ONU/2015-2024.(Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento).

Tendo em vista que este instrumento representa estratégia do governo federal para identificar nos municípios brasileiros as características de sua população mais vulnerável. Tal ação inúmeras vezes não contemplam grupos específicos ou povos e comunidades tradicionais por falta de acesso ou desconhecimento por parte dos operadores, sobre a existência dessa realidade social nos municípios.

Em um contexto de retrocessos temos o retorno da fome voltou para o povo brasileiro, contudo a população negra é a que mais sente a dor da fome e da exclusão, a pontando para a mulher negra a maior vulnerabilidade nesse contexto.

Considerando que o Cadastro Único é a porta de entrada para os diversos programas e politicas sociais é de substancial importância que chegue àqueles que apresentam maior necessidade.

Para isso a capacitação dos operacionalizadores e gestores do Cadastro Único é de suma importância, para dar visibilidade as populações, que vem sendo excluídas e marginalizadas. É preciso que os técnicos tenham conhecimento da necessidade de detectar estes grupos não se deixando levar pelo racismo institucional que invisibilisa seres humanos historicamente oprimidos da sociedade. Assim dando voz aos que foram calados, estabelecendo sua cidadania plena, tirando-os da condição de invisíveis para

Nesse sentido, exigimos do estado a inserção de todos os seguimentos reconhecidos no CNPCT e população negra, por meio da realização de mapeamentos, diagnósticos, alteração e atualização do formulário, com o objetivo de garantir a auto declaração respeitando o decreto nº 6040/2007 e OIT 169.

Agentes de Pastoral Negra do Brasil - APNs
Edgard de Moura

Indígena ~~Fulio~~ FULNI-Ô
Avani Florentino

CONSEA-CE
PAI Paulo Ricardo

Povos de Matrizes Afrianas
Anajete Coelho Pinto

Comunidade PANIB
Waldileno da Silva

Rede Amazonia Negra
Paulo Axé

AACADE – CONSEA - PARAIBA
Francimar F. Souza

SEAS – COSAN – CONSEAS/CAISAN - RONDONIA
Cleusa Firmino Medeiros

REDESSAN
Maria Noelci Teixeira Homero

Agentes de Pastoral Negra do Brasil - APNs

Rosemberg Morais Caetano

ILÊ AXE XANGO – CONSEA – ALAGOAS - FONSANPOTMA
Marcelle Bulhões

CONSEA – UFT - AGENTES DE PASTORAL NEGROS DO BRASIL - APNs
Ana Lucia Pereira

CONSEA-PB – COMUNIDADE TRADICIONAL TERREIRO
Mae Renilda

CONSEA - RN
MAE Lucia Helena

COMUNIDADE QUILOMBOLA
CONSEA-SC
Adriana Ferreira

APF-PCTS-PR
CONSEA-PR
Amantino S. de Beija

FONSANPOTMA
Tata Daniel Garcia

COOPERPESCA
Jose Mario de Souza Fortes

CONSEAN-SE
CIGANA
Carivalda Ribero Souza

Samuel Antecultuno movimento Garizeiro
Articulação Rosalino de PCTS

GERAZEIRO
Samuel

FORUM PERMANENTE DE AFRODESCENDENTES DO AMAZONAS - FOPAAM
Arlete Anchieta

SETAS – MATO GROSSO
Aparecido Samuel de Castro Cavalcante

CONSEAN-SE
CONSELHO REGIONAL DE SERVICO SOCIAL – CRESS-SE
Andrenito Santos de Menezes

Com. Quilombola - AL
Damiana Vieira de Souza

CONSEA - RJ
Rinaldo Gonçalves Araújo

ANEXO 2: Programação do encontro

1º dia - 6 de março	
08:00 às 09:00	Credenciamento
09:00 às 10:00	Boas vindas e Mesa de Abertura
10:00 às 11:00	Painel: Expressões da desigualdade
11:00 às 12:15	Apresentação do documento síntese do Consea de apoio aos debates
12:15 às 12:30	Orientações para os Grupos de Trabalho dos Eixos 1 e 2
12:30 às 14:00	Almoço
14:00 às 17:30	Grupos de Trabalho Eixo 1 – Conjuntura Eixo 2 – Componentes do Sisan
17:30 às 18:00	Intervalo
18:00 às 20:00	Atividades Integradoras
20:00 às 22:00	Jantar
2º dia - 7 de março	
08:30 às 9:15	Apresentação do Documento da Caisan de Balanço do 2o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan)
09:15 às 9:30	Orientações para os Grupos de Trabalho do Eixo 3
09:30 às 12:30	Grupos de Trabalho Eixo 3 – Desafios do 2º Plansan
12:30 às 14:00	Almoço
14:00 às 15:50	Mesa de Síntese dos Grupos de Trabalho Eixos 1 e 2
15:50 às 16:00	Orientações para a elaboração coletiva da Carta do Encontro
16:00 as 16:30	Intervalo
16:30 às 18:30	Elaboração coletiva da Carta do Encontro
18:30 às 22:30	Jantar e confraternização

3º dia - 8 de março	
09:00 às 10:45	Mesa de Síntese dos Grupos de Trabalho do Eixo 3
10:45 às 11:00	Orientações para os Grupos de Trabalho do Eixo 4 – Agenda de futuro
11:00 às 12:30	Grupos de Trabalho Eixo 4 – Agenda de Futuro
12:30 às 14:00	Almoço
14:00 às 15:30	Mesa de síntese dos Grupos de Trabalho do Eixo 4
15:30 às 16:15	Apresentação, discussão e aprovação da Carta do Encontro
16:15 às 17:00	Mesa de encerramento

ANEXO 3: Metodologia do encontro 5ª CNSAN +2: Passo a Passo

O encontro 5ª CNSAN +2 adotou metodologias que possibilitassem maior participação e facilitassem a reflexão e a formulação de proposições coletivas. Para cada um dos eixos do encontro, a depender dos objetivos propostos, foram definidas diferentes estratégias metodológicas. Todas as atividades foram facilitadas por voluntárias e voluntários que participaram de dois momentos de formação para a condução dos trabalhos. Além disso, alguns conselheiros e conselheiras do Consea Nacional e Conseas Estaduais foram convidados para atuarem como sistematizadora(e)s.

Eixo 1 – Conjuntura

Eixo 2 – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Os debates referentes aos eixos 1 e 2 aconteceram de forma simultânea, em 10 grupos de trabalho (GTs) formados por aproximadamente 30 pessoas. Em um primeiro momento, metade dos 10 GTs debateu o eixo 1, e a outra metade, o eixo 2. A(o)s participantes tiveram a oportunidade de escolher previamente o eixo temático, por meio de formulário eletrônico, e o eixo foi atribuído para aquela(e)s que não fizeram a própria escolha. Cada GT contou com um(a) facilitador(a), um(a) co-facilitador(a) e um(a) sistematizador(a).

Dinâmica:

1. O(a) facilitador(a) apresenta o objetivo do grupo, a dinâmica da atividade (regras da escrita em tarjeta) e solicita que se dividam em subgrupos de seis pessoas;

2. O(a) facilitador(a) solicita que respondam a primeira pergunta e definam

até três respostas, em 25 minutos[14], depois faz o mesmo com a segunda pergunta.

Pergunta 1

Eixo 1 - "Quais as principais estratégias que devemos adotar para avançarmos na agenda de SAN considerando os principais elementos da atual conjuntura?"

Eixo 2 - "Quais foram os principais acertos na concepção e trajetória de implementação do Ssisan?"

Pergunta 2

Eixo 1 - "De que maneira podemos ampliar a mobilização da sociedade civil em torno das principais estratégia?"

Eixo 2 - "Quais os principais gargalos/obstáculos? E quais estratégias podemos adotar para superá-los?"

3. Facilitador(a) recolhe as tarjetas e afixa em um painel visível para todas/os e vai fazendo agrupamentos por semelhança de conteúdo (20 min);

4. Participantes dos grupos do eixo 1 visitam as salas do eixo 2 e vice-versa para verem os painéis e comentar, caso necessário, as tarjetas, utilizando-se de ***post its***[15]. Anteriormente, foram definidas as salas de cada grupo para a visita (30min);

5. Em cada sala deve permanecer a facilitador(a), co-facilitador(a) e um(a) participante para receber as/os visitantes, apresentar os conteúdos das tarjetas, tirar dúvidas e receber as sugestões;

14 - Todos os tempos indicados são indicativos e flexíveis considerando o tempo total disponível e resultados pretendidos.
15 - Pequenos papéis colantes.

6. As/os visitantes analisam o painel e podem registrar complementações ou novas sugestões;

7. Grupo volta à sua sala de origem e facilitador(a) lê as contribuições recebidas para sua aprovação ou não;

8. Após a finalização dos trabalhos em grupo, sistematizadoras(es) agrupam as tarjetas referentes aos eixos 1 e 2, buscando condensar aquelas que são semelhantes, e digitam em formato de *powerpoint* para apresentação em plenária.

Eixo 3 – Desafios do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Os GTs referentes a este eixo se organizaram em torno de cada um dos Desafios que estruturam o 2º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2º Plansan). A(o)s participantes tiveram a oportunidade de escolher previamente o Desafio que gostaria de discutir, por meio de formulário eletrônico, ou escolher no momento do GT, de acordo com a disponibilidade da sala. Cada GT contou com um(a) facilitador(a), um(a) cofacilitador(a) e dois (duas) sistematizadores(as), um(a) escolhida(o) previamente e a(o) segunda(o) no início dos trabalhos.

Dinâmica:

1. Representante do governo apresenta os resultados do balanço do 2º Plansan referente ao Desafio a ser trabalhado pelo grupo (10 min);

2. Representante da sociedade civil faz uma apresentação sobre os temas do desafio (10min);

3. Facilitador(a) orienta que o grupo se divida em subgrupos de seis pessoas (10 min);

4. Participantes se dividem pelos subtemas do Desafio, por interesse;

5. Participantes debatem o subtema e propõem três sugestões em tarjetas, a partir da seguinte pergunta (60 minutos):

"Quais sugestões devemos encaminhar ao governo para revisão deste desafio?"

6. Subgrupos apresentam, facilitadora(o) organiza por semelhanças e o grande grupo debate e define o conteúdo final das tarjetas (50 minutos);

7. Sistematizadoras(es) digitam o conteúdo das tarjetas em formato de *powerpoint* para apresentação em plenária.

Eixo 4 – Agenda de Futuro

Um conjunto de 21 temas para a agenda de futuro foi identificado a partir dos encontros estaduais, consulta aos Conseas estaduais, Mesa Diretiva do Consea, e a Comissão Organizadora da 5ª CNSAN +2. Durante o encontro nacional foi realizado um processo de priorização, que resultou em 10 temas. Cada participante escolheu entre estes, um assunto de sua preferência. Cada grupo tinha em torno de 30 pessoas. O trabalho de grupo foi iniciado com a técnica do "Aquário".

O Aquário é uma técnica de discussão em grupo que promove o diálogo e a troca de experiência entre os participantes da sessão e permite que todos tenham oportunidade de opinar e expressar seus pontos de vista. Funciona da seguinte forma:

- ✓ A sala é organizada com as cadeiras dispostas em dois círculos concêntricos. O círculo interno tinha seis cadeiras e o círculo externo, cadeiras suficientes para completar o número de participantes;
- ✓ A sessão começa com cinco participantes nas cadeiras centrais e uma

cadeira livre. O(a) facilitador(a) apresenta um tema para ser debatido pelas(os) quatro participantes e a discussão começa. Neste caso o diálogo foi sobre o próprio tema da Agenda de Futuro;

- ✓ As(os) demais participantes sentados fora do círculo central ouvem a discussão. Quando algum(a) delas(es) quiser entrar na conversa, levanta-se e ocupa a cadeira livre do Aquário. Neste momento, um dos cinco participantes deixa voluntariamente o círculo central, mantendo sempre uma cadeira livre para que seja possível que participantes entrem a qualquer momento da sessão;
- ✓ A dinâmica de entrada e saída de participantes no Aquário acontece continuamente durante a conversa, sem interrupção;
- ✓ Cada participante pode entrar quantas vezes quiser ou não entrar nenhuma vez e apenas observar;
- ✓ O importante aqui é garantir que a conversa no círculo central seja realmente uma conversa e não somente uma apresentação de temas ou que seja concentrada em poucas pessoas, logo deve-se estimular a troca de opiniões e percepções sobre o tema.

Dinâmica:

1. Facilitador(a) apresenta o tema a ser debatido e segue-se a dinâmica acima descrita (30 min);
2. Após a finalização do Aquário o(a) facilitador(a) orienta a formação de subgrupos com seis pessoas, para responder a seguinte pergunta (20 min)

   "A partir do que foi conversado no aquário, quais as principais estratégias que devemos priorizar para abordar o tema?"

3. Facilitador(a) recolhe as tarjetas e organiza por semelhanças, e o grande grupo debate e define o conteúdo final das tarjetas (25 minutos);

4. Sistematizadoras(es) escolhida(o)s pelo grupo, com apoio da(o)s facilitadora(e)s digitam o conteúdo das tarjetas em formato de *powerpoint* para apresentação em plenária.

Carta Final do Encontro

A carta final do encontro foi produzida de forma coletiva por todos os participante por meio da metodologia "Café Mundial". Essa técnica é baseada no entendimento de que as conversas geram inteligências coletivas. O primeiro passo importante é a definição das questões claras e essenciais a serem trabalhadas, que devem ser "perguntas encadeadas", que possibilitem um resultado em uma sequência crescente e coerente de ideias. O objetivo da Carta foi registrar a visão de conjuntura, demandas e formas de organização da sociedade civil para acompanhamento das demandas. A Carta tem como destinatários, além da sociedade nacional e internacional em geral, as/os candidatas/os ao Poder Executivo e Legislativo. Assim, tanto o Consea nacional como os estaduais farão uso dela, com as adaptações pertinentes, para gerar oportunidades de diálogo e estabelecimento de compromissos durante a campanha eleitoral de 2018.

Dinâmica:

- ✓ Dividir as pessoas em mesas de não mais do que 10 participantes;
- ✓ Em cada mesa deve se definir a(o) anfitriã(o), ou seja, aquela pessoa que sempre irá permanecer na mesa. Os demais membros da mesa atuarão como viajantes, trocando de mesa a cada rodada;
- ✓ São realizadas três rodadas, cada uma delas com 15 minutos. Aqui,

deve-se lançar a pergunta inicial – a mesma para todas as mesas – e o grupo começa a conversa na sua mesa. As ideias centrais da conversa, a cada rodada, são anotadas em tarjetas de cores diferentes para cada rodada;

Primeira rodada: Contexto atual e preocupações

Segunda rodada: O que demandamos/propostas

Terceira rodada: Como iremos acompanhar e nos mobilizar para garantir estas realizações

- ✓ Após o fim da primeira rodada, deve-se pedir para que se inicie uma nova rodada, com a pergunta seguinte e orienta-se para que todas(os) viajantes troquem de mesa aleatoriamente, ou seja, cada membro de uma mesa segue para a outra mesa para que se formem grupos totalmente novos;
- ✓ A(o) anfitriã(o) deve dar boas-vindas a(os) novas(os) viajantes a cada uma das três rodadas, apresentar um resumo do que já se conversou na mesa e estimular que as(os) novas(os) participantes continuem esta conversa a partir da pergunta seguinte;
- ✓ Após 15 minutos, repete-se o procedimento de troca de mesas, para que aconteça a última rodada;
- ✓ Ao final das rodadas, sistematizadoras(es) agrupam por semelhança as tarjetas referentes a cada uma das três rodadas e as transformam em texto corrido;
- ✓ Sistematizadoras(es) juntam as três partes de texto e as transformam na carta final do encontro.

ANEXO 4: Lista e conclusões das atividades integradoras

1. Você tem o direito de saber o que come - #RotulagemAdequadaJá

Entidade Proponente: Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), como membro da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável

Conclusões:

- Apoiar a campanha #RotulagemAdequadaJá;
- Assinar a petição on-line: direitodesaber.org.br;
- Enviar moções de apoio dos estados para a Anvisa;
- Estimular alimentação preferencial de "comida de verdade" e não de ultraprocessados.

2. Agroecologia como alternativa de Alimentos Saudáveis das Comunidades Tradicionais e Projetos de Assentamento da Região do Jalapão Estado do Tocantins – experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e Agroecologia

Entidade Proponente: Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviço, Assistência Técnica e Extensão Rural (Coopter)

Conclusões:

- Todos pela agroecologia!
- Alimento agroecológico é vida! Resistência pela agroecologia!
- A água é nossa primordial alimentação.

- Agroecologia é a ressignificação do homem e a transformação dos meios de vida e produção.

- Agroecologia é todo dia, a nossa vida não é mercadoria!

3. Integração do Programa Cisternas com o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais: avanços, dificuldades e desafios

Entidade Proponente: Ministério do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MDS/Sesan)

Conclusões:

- Expansão para Amazônia e Região Nordeste;

- Dificuldades orçamentárias;

- Poucas organizações da sociedade civil aptas: necessidade de multiplicar número de entidades conveniadas via emenda parcial.

- Integrações futuras com o Programa de Sementes;

- Evitar desmobilização em um contexto de diminuição de políticas públicas.

4. Reconhecendo e identificando o papel das mulheres rurais na soberania e segurança alimentar

Entidade Proponente: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead)

Conclusões:

- Ações/programas que dão visibilidade às mulheres são importantes;

- É preciso pensar como essas ações e programas chegam ao campo;
- Assistência técnica para as mulheres que irão receber o selo "mulheres rurais";
- Utilizar o selo como fator positivo no processo de comercialização;
- Usar o selo como item em processos seletivos, chamadas públicas, editais e outros;
- Atrelar o selo a outros programas e ações.

Educação Popular em SAN na Comunidade - Projeto "SAN'arte/Sarau/ Guisado: nutrindo saberes, cultura e direitos

Entidade Proponente: Universidade Federal de Lavras (Ufla) e Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)

Conclusões:

- Importância do protagonismo juvenil;
- Incentivo à alimentação adequada e saudável;
- Educação popular;
- Participação acadêmica e escolar;
- Inclusão de metodologias ativas;
- Material educativo e incentivo às práticas de sustentabilidade;
- Atividades afetivas, psicomotoras e efetivas em SAN.

Segurança alimentar indígena: a saúde do povo Kanamari, o arranjo de projetos "Intercâmbio de conhecimentos para o desenvolvimento

sustentável de povos e comunidades tradicionais" (Arranjo ConPCT/ Embrapa) e a disponibilização de sementes tradicionais pelos bancos institucionais públicos

Entidades Proponentes: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/ Coordenação Arranjo "Intercâmbio de Conhecimentos para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais" (Embrapa/ConPCT)

Conclusões:

- Não há segurança alimentar e nutricional sem território;
- Apoio à atividade produtiva e geração de renda;
- Atividades devem fortalecer a cultura alimentar;
- Fortalecer o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e criar outros espaços de diálogo e participação social nos estados e municípios;
- Projetos produtivos com apoio técnico permanente e que respeite as especificidades.

Estratégia para Redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos no Brasil

Entidade Proponente: Ministério do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MDS/Sesan)

Resultados / Encaminhamentos / Conclusões

- Todos os caminhos levam à rede, porque juntos somos melhores;
- Uma ação efetiva de redução de desperdício deve envolver o compromisso de toda cadeia alimentar;
- Governo deve ser o articulador de acordos setoriais.

Para onde corre o rio? (Re)visitando a trajetória de mobilização popular em SSAN e contemplando novos horizontes de luta em um contexto de retrocessos nos direitos fundamentais

Entidade Proponente: Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

Conclusões:

- Utilizando a metáfora do rio "que segue seu caminho", realizou-se um exercício de construir coletivamente uma memória de trajetória de mobilização popular em soberania e segurança alimentar e nutricional. Resgataram lembranças de pessoas que dedicaram sua vida à luta pelo direito à alimentação. O percurso dos relatos foi sendo conduzido por recordações de detalhes, bastidores e encontros memoráveis, revelando outros pontos de vista de soberania e segurança alimentar e nutricional, que se cruzam com a história oficial e as relações construídas em meio às lutas coletivas.

Grupos populacionais tradicionais e específicos: sensibilizar para a inclusão no Cadastro Único & Roda de Conversa sobre o CNPCT e as políticas públicas para População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais

Entidades Proponentes: Conselho Estadual de Segurança Alimentar – AM (Consea/AM) & Agentes das Pastoral Negra do Brasil & Rede Amazônia Negra do Amapá & Povos Ciganos Kalius do Sergipe

Conclusões:

- As discussões basearam-se em debates e depoimentos de 26 pessoas, representantes das populações vulneráveis de mais de 12 estados;

- Apontada a necessidade de atualizar e reformular o formulário a fim de garantir o Decreto n.º 6.040/2017 (autodeclaração);

- Garantir no sistema todos os seguimentos existentes no Brasil, que, segundo os participantes, seriam em torno de 30 PCTs;

- Realizar capacitação para gestores públicos em relação ao Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável;

- Denunciar que a cesta básica emergencial acabou para alguns grupos sociais e também houve diminuição de cestas para outros ("a fome voltou").

Sistemas de Informação em SAN e Integração Suas e Sisan

Entidade Proponente: Ministério do Desenvolvimento Social / Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MDS/Sesan)

Conclusões:

Ao analisar a relação Suas e Sisan, foram constatadas as seguintes necessidades:

- Tabular informações e indicadores de forma a fazer comparações;

- Construir uma rede de técnicos, gestores e sociedade civil do Sisan;

- Instituir comitês intersetoriais no território.

Nutriguia. Nutri e Guia: Divulgação do Guia Alimentar para a População Brasileira

Entidade Proponente: Conselho Estadual de Segurança Alimentar – GO (Consea/GO) e Conselho Regional de Nutricionistas – 1ª região (CRN 1)

Conclusões:

- Questionaram como e onde se está implementando o novo Guia Alimentar;
- Indagaram como e o que fazer para que a população em geral tenha conhecimento do Guia Alimentar;
- Constataram que nas comunidades mais distantes as informações do Guia não estão chegando;
- Julgaram necessária uma “tradução” das informações do Guia para a população: jogos educativos, histórias em quadrinhos;
- Verificaram que há dificuldades de acesso ao Guia: é limitado à saúde, necessita de maior intersetorialidade com a assistência e a educação.

SIGLAS

LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

ADA – Ação de Distribuição de Alimentos

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AGU – Advocacia Geral da União

ANA – Agência Nacional de Águas

Anater – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ASA – Articulação do Semiárido

Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural

Ates – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

AUP – Agricultura Urbana e Periurbana

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

Caisan – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

Celac – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CF – Constituição Federal

CFN – Conselho Federal de Nutricionistas

CGFOME – Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome

CNDH – Conselho Nacional de Direitos Humanos

CNPCT – Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

CNPI – Conselho Nacional de Política Indigenista

CNSAN – Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Conab – Companhia Nacional de Abastecimento

Condraf – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

Consea – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CSA – Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas

CSS – Cooperação Sul Sul

CTNBIO – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

CTNFITO – Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

EM – Exposição de Motivos

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar

Funai – Fundação Nacional do Índio

Funasa – Fundação Nacional de Saúde

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LOA – Lei Orçamentária Anual

Losan – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCTIC – Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDH – Ministério dos Direitos Humanos

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MRE – Ministério da Relações Exteriores

NBCAL – Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de 1ª Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OGM – Organismo Geneticamente Modificado

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

Opas – Organização Pan-Americana da Saúde

Para – Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PBF – Programa Bolsa Família

PCT – Povos e Comunidades Tradicionais

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PGPM – Política de Garantia de Preço Mínimo

Pidesc – Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PL – Projeto de Lei

Planapo – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Plansan – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária

Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar

Pnan – Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PNaRA – Política Nacional de Redução de Agrotóxicos

Pnater – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNGATI – Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas

PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PPA – Plano Plurianual

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronara – Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos

PSE – Programa Saúde na Escola

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

Sead – Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres

Seppir – Secretaria Especial Pela Promoção da Igualdade Racial

Sesai – Secretaria Especial de Saúde Indígena

STJ – Superior Tribunal de Justiça

Siop – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal

Sisan – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Sisvan – Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional

SSAN – Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

STF – Supremo Tribunal Federal

Suas – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

Informações

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Palácio do Planalto, Anexo I, sala C-2A
Brasília - DF CEP 70.150-900
Fone: (61) 3411.2747 Fax: (61) 3411.2301

www.presidencia.gov.br/consea

CONSEA
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional